



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

THIAGO HENRIQUE DE ABREU SANTANA

**A PRESENÇA DO CIRCUITO SUPERIOR DA ECONOMIA  
URBANA NAS CIDADES PEQUENAS:  
UMA ANÁLISE DAS CIDADES DE CENTENÁRIO DO SUL,  
JAGUAPITÃ E PORECATU-PR**

---

Londrina  
2022

THIAGO HENRIQUE DE ABREU SANTANA

**A PRESENÇA DO CIRCUITO SUPERIOR DA ECONOMIA  
URBANA NAS CIDADES PEQUENAS:  
UMA ANÁLISE DAS CIDADES DE CENTENÁRIO DO SUL,  
JAGUAPITÃ E PORECATU-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Santana, Thiago Henrique de Abreu .

A presença do circuito superior da economia urbana nas cidades pequenas : uma análise das cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu-PR / Thiago Henrique de Abreu Santana. - Londrina, 2022.  
90 f.

Orientador: Sergio Aparecido Nabarro.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. Cidades pequenas - Tese. 2. Circuitos da economia - Tese. I. Nabarro, Sergio Aparecido . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

THIAGO HENRIQUE DE ABREU SANTANA

**A PRESENÇA DO CIRCUITO SUPERIOR DA ECONOMIA  
URBANA NAS CIDADES PEQUENAS:  
UMA ANÁLISE DAS CIDADES DE CENTENÁRIO DO SUL,  
JAGUAPITÃ E PORECATU-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Leia Aparecida Veiga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Ângela Maria Endlich  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 29 de julho de 2022.

*Dedico este trabalho aos meus pais, Edilza e Nilson, por sempre estarem comigo e me apoiarem incondicionalmente em todos os momentos. Sem dúvidas, são a minha maior fonte de inspiração para que eu possa seguir em frente.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Sergio Aparecido Nabarro, por todas as orientações, paciência, dedicação e luz nos momentos mais difíceis de todo o processo de escrita. Além de não medir esforços para me ajudar.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Jeani, que para além da figura de coordenadora, se mostrou uma grande e nobre pessoa com todo incentivo e apoio para a conclusão deste trabalho.

À minha companheira, Amanda, por sempre estar ao meu lado em todas as ocasiões.

Ao meu avô, José Elício, o vô peba, por me apoiar desde a graduação até o presente momento.

Ao meu grande amigo, Joaquim, pela parceria e ajuda ao longo do período de pesquisa.

Ao meu amigo Guilherme, por contribuir com o processo de pesquisa.

E a todas as pessoas que fizeram parte desse trabalho e contribuíram de alguma forma para a realização da presente pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## RESUMO

SANTANA, Thiago Henrique de Abreu. **A presença do circuito superior da economia urbana nas cidades pequenas:** uma análise das cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu-Pr. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

As pesquisas relacionadas às cidades pequenas contribuíram muito para a compreensão dos circuitos da economia urbana contemporânea. No entanto, é preciso ainda aprofundar os meandros dos circuitos da economia urbana inseridos na dinâmica da malha urbana brasileira, composta majoritariamente por cidades pequenas. Visando esta investigação, a presente pesquisa se propõe a discutir os dois circuitos da economia urbana, com ênfase no circuito superior, nas cidades pequenas de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, no Estado do Paraná. Com o intuito de compreender a atual realidade da qual as se encontram, é necessária a utilização de registros históricos que remontam as origens destas, além de outras passagens importantes como ciclos econômicos e marcos temporais que foram explorados ao longo do trabalho, na qual, por meio do uso de dados econômicos e a descrição do seu aparato urbano, pode se ter a noção do impacto desses circuitos nas localidades supracitadas, não deixando de lado as considerações acerca das diferenças de conceituação entre *cidade local* e *cidade pequena*, que por meio da teoria dos circuitos podem ser melhor compreendidas as suas singularidades.

**Palavras-chave:** cidades pequenas; circuito superior da economia urbana; cidades locais.

## ABSTRACT

SANTANA, Thiago Henrique de Abreu. **The presence of the upper circuit of the urban economy in small cities:** an analysis of the cities of Centenário do Sul, Jaguapitã and Porecatu-Pr. 2022. 90 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

Research related to small cities has contributed greatly to the understanding of contemporary urban economic circuits. However, it is still necessary to deepen the meanderings of the urban economy circuits inserted in the dynamics of the Brazilian urban network, mostly composed of small towns. Aiming at this investigation, this research proposes to discuss the two circuits of the urban economy, with emphasis on the upper circuit, in the small cities of Centenário do Sul, Jaguapitã and Porecatu, in the State of Paraná. In order to understand the current reality of which they are, it is necessary to use historical records that go back to their origins, in addition to other important passages such as economic cycles and temporal milestones that were explored throughout the work, in which, through the use of economic data and the description of its urban apparatus, one can have the notion of the impact of these circuits in the aforementioned localities, not leaving aside the considerations about the differences in conceptualization between local town and small town, which through the theory of circuits can be better understood their singularities.

**Key words:** small towns; higher circuit of the urban economy; local cities;



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Proporção de municípios do Brasil por classes de população total 2010 .....	27
<b>Figura 2</b> –	Índice de Atração Temática para compra de vestuário e calçados - Região Metropolitana de Londrina .....	32
<b>Figura 3</b> –	Índice de Atração Temática para compra de móveis e eletrônicos - Região Metropolitana de Londrina .....	34
<b>Figura 4</b> –	Índice de Atração Temática para serviços de saúde de baixa e média complexidade - Região Metropolitana de Londrina .....	35
<b>Figura 5</b> –	Índice de Atração Temática para serviços de saúde de alta complexidade - Região Metropolitana de Londrina .....	36
<b>Figura 6</b> –	Localização e área do município de Centenário do Sul-Pr.....	50
<b>Figura 7</b> –	Localização e área do município de Jaguapitã-Pr.....	52
<b>Figura 8</b> –	Localização e área do município de Porecatu-Pr.....	57
<b>Figura 9</b> –	Vista da usina de açúcar do Paraná (UCP) e a mancha urbana da cidade de Porecatu .....	58
<b>Figura 10</b> –	Localização das maiores indústrias da cidade de Jaguapitã-PR ...	67
<b>Figura 11</b> –	Empreendimento de grande porte em construção na cidade de Jaguapitã-PR .....	68
<b>Figura 12</b> –	Imagem interna do Condomínio Forte Real, Porecatu-Pr .....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Características dos dois circuitos da economia urbana .....	18
<b>Quadro 2</b> – Número de empregos e estabelecimentos nas cidades do recorte .....	54
<b>Quadro 3</b> – Variação populacional de Porecatu-PR.....	61
<b>Quadro 4</b> – Características do setor avícola em comparação aos dois circuitos da economia urbana .....	65
<b>Quadro 5</b> – Ranking das empresas brasileiras exportadoras de frango – 2015 .....	66

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	Demografia das cidades do escopo durante os censos 1970 – 2020 .....	38
<b>Tabela 2 –</b>	Indicadores sociais das cidades analisadas.....	40
<b>Tabela 3 –</b>	Índice de desenvolvimento humano nos últimos três censos realizados.....	40
<b>Tabela 4 –</b>	FPM Interior – coeficientes por faixa de habitantes .....	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS DIFFERENCIAÇÕES ENTRE CIDADES PEQUENAS E CIDADES LOCAIS .....</b>	<b>14</b>
2.1	CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA .....	16
2.2	CIRCUITO SUPERIOR DA ECONOMIA URBANA.....	17
2.3	CIDADES PEQUENAS E CIDADES LOCAIS: DIFERENCIAÇÕES NECESSÁRIAS ....	20
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NA PESQUISA .....</b>	<b>38</b>
3.1	CENTENÁRIO DO SUL: A QUESTÃO AGRÁRIA E A POUCA DIVERSIFICAÇÃO COMERCIAL .....	51
3.2	JAGUAPITÃ: O AVANÇO ECONÔMICO NA PEQUENA CIDADE.....	52
3.3	PORECATU: A QUESTÃO AGRÁRIA E A INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	56
<b>4</b>	<b>A MANIFESTAÇÃO DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES PEQUENAS CENTENÁRIO DO SUL, JAGUAPITÃ E PORECATU .....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante o primeiro ano de governo da atual gestão federal, regida sob as demandas do neoliberalismo, foram propostas uma série de reformas do Estado brasileiro com intuito de “enxugar” a máquina pública, da qual é dita estar “inchada” de funcionários, de gastos e excessos de aproveitadores do dinheiro público. Assim, em 2019, foi proposto o Pacto Federativo, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), na qual o principal objetivo era a destituição de cidades com menos de 5 mil habitantes da qualidade de municípios, onde passariam a figurar enquanto distritos do maior município limítrofe. O ponto para que essas cidades “deixem de existir” se dá por conta de sua arrecadação que não poderia ser menor que 10% de sua arrecadação total.

O que mais chamou a atenção dos estudiosos das cidades pequenas foi a falta de critérios da proposta enviada ao senado, tendo em vista que as análises sobre estas não poderiam estar resumidas apenas ao critério demográfico, sobretudo diante da heterogeneidade do cenário urbano brasileiro, como será analisado nos capítulos desta pesquisa.

É importante destacar que grande parte do urbano brasileiro é formada por áreas denominadas como cidades pequenas, as quais, dentro desta própria definição, existem outras conceituações que melhor explicam tais localidades, que se distinguem entre cidades pequenas e cidades locais, e este é o debate que esta pesquisa também pretende explorar.

O presente trabalho visa analisar as cidades pequenas que se localizam na Região Metropolitana de Londrina, da qual pode se notar a presença de cidades de diversos portes. Assim, um dos objetivos é proporcionar o fomento das discussões acerca do assunto, utilizando as aglomerações urbanas presentes em seus limites para exemplificar as questões em voga.

Objetivando a demonstração da importância do estudo das cidades pequenas, e do estudo da escala local, o panorama da pesquisa visa aprofundar o debate sobre os processos de formação e desenvolvimento das cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, localizadas na região metropolitana de Londrina. Este debate é fundamental para a compreensão do atual cenário. Além disso, contribui para a discussão sobre estas cidades a luz do método materialismo histórico dialético.

Com a finalidade de tornar as discussões sobre as cidades pequenas mais palpáveis, foram utilizados dados secundários obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Região de Influência das Cidades (REGIC), que auxiliaram para a demonstração de dados referentes a quantidade de estabelecimentos, empregos formais, com a primeira fonte. E a respeito da segunda, são expostas as relações entre as cidades diante de duas diferentes vertentes exploradas ao longo do segundo capítulo do presente trabalho.

Concomitante às pesquisas históricas, foram investigadas as funções dessas aglomerações urbanas na perspectiva da importância econômica que cada uma delas apresenta na dinâmica populacional da região.

De acordo com Santos (1979), a teoria dos circuitos da economia urbana foi desenvolvida para melhor compreender a realidade das cidades dos países subdesenvolvidos, onde se tem o circuito superior, “constituído por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p. 31) e o circuito inferior, compreendido “por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, p. 43 - grifos do autor). Dessa forma, pensando nessa categoria de análise, foi feito o esforço de pesquisa para a identificação da existência (ou não) do circuito superior da economia urbana nas cidades do estudo e quais as diferenças e singularidades do desenvolvimento deste em uma cidade pequena e, em consequência o que marca a ausência deste circuito nas cidades pequenas, as quais a economia se encontra menos avançada no sentido tecnológico, da presença de indústrias e de faturamento. Embora as cidades pequenas sejam pertencentes a periferia das redes urbanas do território brasileiro, estas manifestam os integrantes do circuito superior de diferentes maneiras que variam de acordo com as especificidades de cada localidade.

Também é preciso que se voltem a atenção às decisões tomadas pelos atores hegemônicos locais, que por sua vez acabam alterando os fluxos regionais, isso aliado a influência das políticas de desenvolvimento metropolitano que fazem com que as cidades de pequeno porte incentivem a especialização em áreas da economia, o que condiciona o desenvolvimento local para determinado segmento.

Como ressaltado por Fresca (2011), a especialização das cidades pequenas manifesta diversas possibilidades, como a de ser a maior geradora de empregos locais e de impostos. Uma das consequências, ao assumir a devida

especialização, é que quando apresentado grande volume de produção, pode extravasar sua influência para os níveis regional e nacional.

Em suma, a pesquisa visa explorar os impactos da especialização produtiva nas cidades pequenas analisadas e o impacto que cada uma delas pode provocar na região em que se encontram. Tais pontos precisam ser debatidos a luz do pensamento crítico, que por sua vez fomenta as discussões acerca das questões territoriais das cidades de pequenas.

## 2 CONCEITUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS DIFERENCIAÇÕES ENTRE CIDADES PEQUENAS E CIDADES LOCAIS

O espaço dos países subdesenvolvidos (termo que já foi substituído por *emergentes* ou *em desenvolvimento*) tem como característica a enorme desigualdade social. Tal desigualdade pode ser observada a nível regional, segundo Santos (1979), por meio da suposta tendência a hierarquização das atividades econômicas. Neste sentido, como a presente pesquisa aborda a importância regional das cidades pequenas, é importante que se esclareça que a teoria utilizada tem por objetivo identificar a hierarquização das atividades presente nas localidades estudadas.

Arroyo (2008) chama a atenção para os estudos das cidades quando menciona a necessidade de enxergar este objeto de estudo enquanto uma totalidade. E, para que se enxergue a totalidade de cada uma dessas cidades, são utilizados os dois circuitos da economia urbana, tendo em vista que estes se relacionam por meio da cooperação, concorrência e subordinação. A autora destaca ainda que os circuitos produtivos, e toda a circulação que estes acabaram gerando, acabam gerando certo fluxo de pessoas e mercadorias pessoas que culmina no crescimento das cidades. E a depender dos movimentos existentes em seu território, suas relações serão mais ou menos intensas. Para este trabalho, o ponto conveniente ressaltado por Arroyo (2008), se dá pela autora identificar que as cidades pequenas também manifestam todas as relações, fluxos de pessoas e mercadorias que foram citados anteriormente, e a presença ou não destes se torna um elemento de diferenciação entre as cidades analisadas, não sendo exclusividade dos maiores centros.

A teoria miltônica surge em meio a um problema identificado pelo autor, que diz respeito à utilização de modelos interpretativos que eram utilizados em outras sociedades, em sua maioria nos países desenvolvidos, com parâmetros distintos particulares de suas realidades, o que acabou gerando um problema para a estatística dos países subdesenvolvidos que, de acordo com Santos (1979), deveriam se utilizar de parâmetros voltados a sua condição.

Assim, em meio a problemática levantada por Santos (1979) na qual existia a necessidade de uma teoria que discutisse a realidade dos espaços



subdesenvolvidos é forjada a teoria dos dois circuitos da economia urbana (circuito superior e inferior), profundamente discutidos em sua obra *O Espaço Dividido*. À época em que a teoria foi escrita, segundo o autor, as ideias que procuravam analisar a evolução urbana brasileira eram oriundas da Europa, como também destaca Oliveira (2009):

A teoria dos circuitos indica que a cidade em países subdesenvolvidos como o Brasil deve ser entendida como uma totalidade resultante da articulação de dois subsistemas: o circuito superior e o inferior, cuja existência e funcionamento estão diretamente relacionados com o modo particular do consumo e da produção comandados pela grande indústria. (OLIVEIRA, 2009, p. 6)

Tendo em vista a própria ideia do autor supracitado, “as manifestações das modernizações não são as mesmas em todos os lugares” (OLIVEIRA, 2009, p. 94), ao passo que os circuitos da economia urbana são produto dos processos de modernização. Faz-se interessante ressaltar a concepção que se relaciona à interpretação da própria globalização da qual Milton Santos explora com mais ênfase em *Por Uma Outra Globalização*, em que é muito bem argumentada a maneira com que o denominado processo globalização atinge os diferentes territórios ao redor do globo de maneiras diferentes, portanto, é esperado que as modernizações não ocorrem da mesma forma em todos os lugares, como no caso da presente pesquisa, na qual se investiga as cidades pequenas localizadas no Brasil, um país em desenvolvimento, no interior no Estado do Paraná, nas quais a globalização e as modernizações chegam de maneira mais lenta que em outras localidades do país.

As cidades pequenas não se inserem na rede urbana unicamente pelo circuito inferior, pois há elos que as articulam também ao circuito superior, mesmo porque ambos compreendem uma totalidade que não pode ser pensada apenas a partir de um deles. (ROMA, 2016, p. 32)

Com isso, Roma (2016) alerta para a necessidade de que nas localidades estudadas haja a presença dos dois circuitos da economia urbana, ao passo que nas cidades pequenas a possibilidade de que não exista a presença do circuito superior é significativa. Porém, ainda nas cidades pequenas é possível que haja a análise por meio dos circuitos pois são consideradas as relações regionais e intraurbanas, que acabam por contribuir para a análise da economia urbana da localidade estudada.

O cenário econômico tem passado por algumas mudanças ao longo dos anos, sobretudo em virtude do avanço das negociações envoltas ao comércio eletrônico e outros semelhantes. Com isso, alguns pesquisadores que fazem o uso da referida teoria procuram ressaltar pontos importantes. Neste sentido, Arroyo (2008, s/p), faz suas considerações acerca destes conceitos “O circuito superior e o inferior têm a mesma origem: são resultado da modernização seletiva e incompleta que caracteriza a urbanização dos países subdesenvolvidos” e, segundo a autora, essa problemática implica em uma reflexão, na qual é posto que, de um lado se está preocupado com avanços tecnológicos e acumulação de capital enquanto que de outro estão aqueles que se preocupam com a sua sobrevivência. Ainda chamando a atenção para forma com que a modernização atinge heterogeneamente as áreas da cidade, de maneira seletiva.

Antecedendo a descrição dos circuitos, cabe analisar a fala de Silveira (2007), que serviu de base para diversos estudos nesse sentido. A pesquisadora destaca que “existe entre los circuitos una oposición dialéctica: uno no se explica sin el otro. Ambos son opuestos y complementarios, aunque para el circuito inferior, la complementariedad adquiere la forma de dominación.” (SILVEIRA, 2007, p. 150) onde se nota que apesar da maior capilaridade do circuito inferior e a relação de interdependência entre um e outro, ou seja, o inferior se vê enquanto dominado pelo circuito superior.

## **2.1 Circuito inferior da economia urbana**

Em conformidade com Santos (1979) o referido circuito se caracteriza por sua não-modernidade, abrangendo a produção manufatureira, e o comércio com ampla disponibilidade de serviços das mais várias espécies. Ainda é posto que o comércio integrante deste circuito possui enfoque na escala reduzida, com pequenas produções e estoques. Relacionada ao último ponto levantado, o circuito inferior possui tecnologia obsoleta ou tradicional e as despesas com publicidade são quase nulas.

Outros estudiosos que se utilizam da teoria dos circuitos colaboram para o entendimento destes. Sobre o inferior, Montenegro contribui:

Já o circuito inferior constitui-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de

pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. (MONTENEGRO, 2006, p. 10).

Na mesma linha de raciocínio de Montenegro (2006), Roma (2016) ressalta para a característica deste circuito que é a predominância para o consumo local e, sobretudo, ser voltado para a população pobre. no qual são inseridos os trabalhadores ambulantes, mascates, ou seja, todo o comércio voltado para as atividades econômicas de escala local. (ROMA, 2016, p.26)

(...) o circuito inferior, que se desenvolve onde o meio construído está mais degradado, pode oferecer produtos mais simples, essenciais ou supérfluos, criativos ou imitativos a uma população que não tem acesso aos produtos da economia superior. (SILVEIRA, 2009, p. 67)

Arroyo (2008) destaca que os elementos do circuito inferior são muito expressivos ao passo que ele se manifesta em quase toda a malha urbana de uma cidade, podendo ser observado em bairros, terminais rodoviários, praças, fundos de quintal, vans, residenciais, tecendo as conexões dos diversos circuitos produtivos presentes na cidade. Essas características não se aplicam somente às grandes metrópoles, como a mesma autora refere em seu texto mencionado na discussão anterior, podendo ser notado em outras escalas de análise como as cidades pequenas.

## **2.2 Circuito superior da economia urbana**

De acordo com o precursor dos termos, Santos (1979), o circuito superior comporta o comércio moderno e destinado à exportação, e o aparato industrial moderno é voltado à exportação. Outro aspecto importante desse termo é a financeirização, da qual é representada pelos bancos e instituições de crédito. A respeito dos bancos, Santos (1979) são o traço de união entre a economia urbana local e o escalão econômico superior.

Financeiras e associações de crédito têm se multiplicado em todo território nacional, resultado de um excedente gerado pelo capital especulativo, o que pode ser observado nas cidades pequenas, onde as que possuem indústria mais desenvolvida têm em seus limites mais empresas de crédito. “Es por eso que podemos afirmar que no se trata solamente de una variable determinante, sino también de una variable dominante, responsable de un drenaje que no conoce límites” (SILVEIRA, 2004, s/p). Nos últimos anos o capitalismo financeiro-rentista e, sobretudo, a especulação financeira têm sido o principal foco deste sistema. Isso significa uma

intensificação na volatilidade do modo de produção. Essa especulação não se limita às grandes localidades.

El Brasil que se globaliza es, al mismo tiempo, un Brasil que se metropoliza, y por eso la explosión del circuito inferior es concomitante con la enorme expansión urbana, tantas veces en la base de un proceso de urbanización sin industrialización. (SILVEIRA, 2004, s/p)

Silveira (2004) relaciona a não presença do circuito superior às crises econômicas, que fazem com que este não possua um desenvolvimento do qual se imagina, dando espaço ao surgimento dos circuitos superiores marginais. Mediante isto, se concede ao sistema econômico vigente um caráter de extrema importância, de modo que o capitalismo é um modo de produção que se regula por meio de crises, que atingem países em desenvolvimento com maior força.

De acordo com o pensamento de Silveira (2009) o circuito superior pode se expandir, onde é explicado:

A capilaridade da técnica, da informação e das finanças permite uma expansão social e territorial dos mercados do circuito superior jamais vista, que contribui para evitar tanto a superprodução quanto a capacidade ociosa da indústria, ou ainda o excesso de estoques no comércio, incluindo o problema da obsolescência de certas mercadorias. (SILVEIRA, 2009, p. 68)

Importante característica vinculada ao circuito superior que diz respeito à capacidade deste de se aproveitar das diversas situações nas quais são inseridos instrumentos sofisticados que visam atrair os integrantes do circuito inferior.

A partir de toda a discussão dos circuitos, Roma (2016) elaborou um quadro (Quadro 1) no qual foram apresentadas as principais diferenças entre os dois circuitos, como pode ser observado a seguir:

Quadro 1 – Características dos dois circuitos da economia urbana

	<b>Circuito Superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>
<b>Tecnologia</b>	Capital intensivo	Trabalho intensivo, mas adoção de tecnologia
<b>Organização do trabalho</b>	Burocrática	Primitiva mesmo com introdução de tecnologia
<b>Capital</b>	Elevado	Reduzido
<b>Emprego</b>	Reduzido	Volumoso
<b>Relações de trabalho</b>	Assalariado dominante	Familiar e assalariado
<b>Estoques</b>	Quantidade reduzida/ alta qualidade	Pequena quantidade/ qualidade inferior
<b>Preços</b>	Fixos (em geral)	Submetida à discussão entre comprador e vendedor
<b>Crédito</b>	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
<b>Margem de lucro</b>	Reduzido ou por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevado por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios

<b>Relação com a clientela</b>	(exceção produtos de luxo) impessoais e/ ou com papéis	Diretas personalizadas
<b>Custos fixos</b>	Importantes	Desprezíveis
<b>Publicidade</b>	Necessária	Passa de inexistente para incipiente, vem se transformando em necessária
<b>Reutilização dos bens</b>	Nula	Frequente
<b>Ajuda governamental</b>	Importante	Para cidades analisadas, inexistentes
<b>Dependência direta do exterior</b>	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Roma (2016, p. 31) [Santos (2004), Silveira (2004, 2007, 2008), Montenegro (2006) e Trabalho de Campo.]

O quadro 1 possibilita a diferenciação de pontos importantes que são levantados por Santos (1979), Silveira (2004, 2007, 2009), como por exemplo o tópico relacionado a não somente ao acesso a crédito, mas a maneira com que se chega até este, tendo em vista que Silveira (2004) ressalta que o acesso ao crédito por parte do circuito inferior nunca se manifestou enquanto problema. Agora este se faz por meios não institucionais, o contrário do circuito superior. Outro ponto que se faz importante é relacionada à mão de obra, onde no circuito superior o corpo de funcionários é menor, porém são intensivos na questão do capital. Já no circuito superior, a mão de obra é maior, mas movimenta pouco capital e sua característica se mantém enquanto negócio familiar.

Outro ponto importante a se diferenciar atribui-se à quase nula alteração de preços do circuito superior e a possibilidade de negociação entre comprador e vendedor notada no circuito inferior, denotando alguns pontos semelhantes ao que se enxerga enquanto setor da economia informal.

Devemos destacar que não se trata de uma tipologia, pois há elos que as articulam também ao circuito superior, mas, a base da economia urbana são as relacionadas ao circuito inferior para o estudo dos circuitos da economia urbana, é necessário que haja os dois circuitos, pois para a estruturação destes é necessária a dialética entre ambos. (ROMA, 2016, p. 26)

Roma (2016) disserta a respeito do circuito superior nas cidades locais híbridas, as quais seriam cidades com nível inferior as cidades locais, assunto que será abordado ao longo deste capítulo. A ideia de se estudar as cidades locais a

luz da teoria dos circuitos da economia urbana abre a possibilidade de um novo modo de se olhar este objeto do estudo geográfico.

### **2.3 Cidades pequenas e cidades locais: diferenciações necessárias**

O estudo das cidades abrange múltiplas áreas do conhecimento, nas cidades vários fenômenos se manifestam, apresentando diversas naturezas, desde aspectos naturais até os sociais. Dessa forma, estando presente em múltiplas áreas do conhecimento, implica em diversas interpretações de um mesmo objeto de estudo. Quando pensada na definição de cidade, o conceito de mais fácil acesso se caracteriza por aglomeração humana, o que fornece margem para uma série de outras interpretações. Outro termo colocado se refere ao estabelecimento de áreas geográficas onde vão se instaurar causas destinadas a residência e ao comércio, junto a demais atividades culturais e econômicas.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Engels e Marx (2007, p.75), que têm suas obras alicerçadas em discussões sociológicas e filosóficas, manifestam a sua maneira de compreender a cidade, que é vista como o local que concentra a população, onde se localizam os meios de produção e o capital. Já Claval (1981), considera a cidade como organização destinada a maximizar a interação social. Lencioni (2008) apresenta importantes reflexões a respeito da construção de um conceito. A autora pondera que:

Essa observação diz claramente que não há uma relação de dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito a cerca desse objeto. E que os objetos existem independentemente de termos um conceito sobre ele. (LENCIONI, 2008, p. 110)

As cidades existem antes mesmo da elaboração teórica do conceito que as definissem. Assim, na presente pesquisa, almeja-se também compreender o modelo mais comum de organização de uma cidade, pois, quando se pensa a organização remete-se, automaticamente, ao planejamento. No entanto, o debate sobre o planejamento fica muito aquém quando se discute a existência de logradouros públicos, estabelecimentos comerciais de diversos tamanhos, indústria, áreas

residenciais e tudo que permeia o imaginário do que é compreendido enquanto cidade e planejamento.

Apenas na segunda metade do século passado, a urbanização estendeu-se, pois, neste período a rede urbana se estruturou a partir de duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro) e de um conjunto de algumas metrópoles regionais. Subsequentemente, passou-se a um número crescente de centros intermediários – as chamadas cidades médias –, e uma vasta rede de cidades pequenas, destaque para as cidades médias que viriam a fazer parte do cenário brasileiro junto às pequenas que já compunham a maioria das cidades do território brasileiro. Estas últimas representam, sobretudo, um elo entre a cidade e o campo, visto que constituem “verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade” (DAMIANI, 2006, p. 136).

Compreendida a dificuldade em se conceituar as cidades, sujeitas a diversas interpretações, há o conhecimento de que conceituar e definir cidades pequenas é parte de um processo que envolve um grande esforço por parte do pesquisador no tocante à obtenção dos dados, à aplicação da teoria e ao conhecimento do próprio recorte do estudo.

Nos últimos anos com o avanço das tecnologias da informação, as melhorias a respeito dos transportes intensificaram as mudanças nas cidades, que acabam por serem as representantes das mudanças que acontecem ao longo da história, portanto, uma definição fixa a respeito destas cidades pode não se adequar a um devido período histórico do recorte escolhido. (SANTANA; SILVA; OLIVEIRA, 2021. Neste sentido, Corrêa (2011) ressalta a relevância dos estudos do passado para a compreensão do atual, “(...) as pequenas cidades possuem diferentes formações e origens distintas. Dessa forma, podemos afirmar que, a pequena cidade resulta, assim, de inúmeros processos formativos.” (CORREA, 2011, p. 6).

Desmerais (1984), que ao tratar as pequenas cidades, destaca que:

O que é certo e tem sido constantemente assinalado por quem já escreveu sobre o tema é que é fundamental sempre considerar o caráter variável do fenômeno no tempo e no espaço. Isso deve acontecer principalmente em relação ao tamanho demográfico, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço ou período podem ser consideradas como de cidade média, por exemplo, em outro contexto. Por isso, não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável, além da flexibilidade na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns. (DESMERAI, 1984, p. 357)

De acordo com as palavras do autor, as cidades pequenas são consideradas de caráter variável no espaço e no tempo. No texto supracitado, é ressaltada a importância de não ser adotado um caráter rígido as classificações, pois é compreendido pela mesma que o vasto território brasileiro produz diversas realidades, na quais diversos fenômenos podem ser contemplados. De acordo com o principal ponto da argumentação de Desmerais (1984) sobre as cidades, um dos principais problemas para os estudiosos das cidades pequenas é que conceituar estas passa a ser um grande desafio para o pesquisador que precisa se atentar na escolha dos critérios adotados.

Silva e Sposito (2009) também destacam a importância da utilização do processo histórico de construção das cidades para o entendimento das mesmas. Nas palavras dos autores, só assim “(...) compreenderemos que a cidade não se explica per si como objeto descolado da realidade, mas pelas suas relações que são produzidas historicamente e pelo movimento da sociedade.” (SILVA e SPOSITO, 2009, p. 210)

As realidades urbanas são diversas. As leituras acerca das cidades, indiferentemente do seu porte espacial e demográfico, também são variadas. Compor uma reflexão sobre o urbano e a cidade é sempre uma tarefa complexa. No caso específico das cidades pequenas os desafios teóricos e metodológicos não são menores (MOREIRA JR, 2014). Ainda é preciso que se tenha em mente que “(...) estas localidades compõem expressiva parte do território do Brasil e demograficamente são ainda espaços de significativa parte da sociedade” (ENDLICH, 2006, p. 31).

Reforçando a complexidade dos estudos relacionados às cidades, Williams (2011) aponta sobre a heterogeneidade manifestada por essas localidades, tendo em vista que esperar as mesmas formas para este estudo se caracteriza enquanto um erro, uma vez que, especialmente nos trabalhos voltados às cidades pequenas são notadas estruturas que desafiam as compreensões tradicionais do campo e da cidade (SANTANA; SILVA; OLIVEIRA, 2021). A relação com o campo nas cidades pequenas e cidades locais, no qual em certos casos, a divisão campo e cidade se mostra muito difícil em virtude das estreitas relações estabelecidas entre ambos.

No trabalho de Moreira Jr. (2013) é destacado o fato de que até o ano de publicação do texto, em 2013 os estudos sobre as cidades eram, o que



caracterizava certa negligência com o tema em razão do grande volume de produções textuais na academia abordarem em sua maioria as grandes metrópoles e cidades médias, que, supostamente, apresentam maior significância dos fenômenos territoriais, em função da magnitude econômica desses centros.

O estudo das pequenas cidades tem tomado mais notoriedade como pode ser observado na quantidade de pesquisas publicadas no evento *Simpósio Nacional das Pequenas Cidades – SINAPEQ*, que está na 5ª edição, e, como salientado por Silva e Toledo (2020), as cidades pequenas também estão presentes nos *Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB* como temas dos Grupos de Trabalhos (GT's), que como mostrado pelos autores, houve aumento do número de GT's em que as cidades pequenas estão inseridas. O esforço visto para a criação de um evento especial para abordar este tema mostra que cada vez mais os pesquisadores estão notando a importância do assunto, que pode ser abordado de diversas formas, sob inúmeros olhares e abordagens.

Ainda no trabalho dos autores Silva e Toledo (2021) é realizado um importante esforço no sentido de pesquisar o número de produções acadêmicas na pós-graduação, agregando dissertações de mestrado e teses de doutorado, entre os anos de 2013 e 2017. Em muitos trabalhos que abordam as cidades pequenas é costumeiro que os autores levantem a questão da pouca produção acerca do tema, contudo, na pesquisa supracitada nota-se que o tema trabalhado vem sendo aproveitado pelos acadêmicos de pós-graduação.

Apesar da produção acerca do tema, Silva e Toledo (2021) buscam separar os trabalhos pelos seus enfoques, no qual, as pesquisas de mestrado estão ligadas principalmente às áreas de agricultura, rede urbana, mobilidade urbana, espaço urbano, comércio, saúde, questões habitacionais, paisagens, clima, planejamento urbano, questões socioambientais, indústrias, demografia e urbanização. Já as pesquisas de doutorado, estão voltadas às áreas de demografia, economia, turismo, espaço urbano, paisagem, clima, violência, rede urbana, homossexualidade e acessibilidade. Os autores relatam que, em sua pesquisa, notou-se que “(...) houve variação na utilização de critérios quantitativos, qualitativos, ou, até mesmo, o uso dos dois critérios” (SILVA e TOLEDO, 2021, p. 398), o que consiste em um dos problemas para se criar uma agenda de pesquisas sobre as cidades pequenas, e, ao longo deste capítulo, será abordada uma das possibilidades para se pensar as cidades pequenas, contextualizando a teoria aqui apresentada sobre

cidades pequenas, como em Fresca (2001) Moreira Jr. (2013 e 2014), Santos (1979) e utilizando dados disponíveis na pesquisa da Região de Influência das Cidades (REGIC) referente ao ano de 2018.

A partir de um levantamento sobre publicações sobre cidades pequenas em outros idiomas foram encontradas publicações que tratam sobre o tema na Argentina, Reino Unido, Espanha, Estados Unidos e continente Africano, de maneira geral, possuem interessantes escritos que indicam como andam as pesquisas em pequenas cidades em outros países. Essas pesquisas abordam diversas áreas que envolvem as pequenas cidades, como o desenvolvimento industrial, questões ambientais e até proposta de uma agenda das pequenas cidades, como o caso do escrito dos britânicos Bell e Jayne (2009) que ressaltam que as cidades pequenas foram ignoradas pelos estudiosos das questões urbanísticas e passaram pelo processo de generalização acerca de conceitos utilizados erroneamente para se tratar das cidades pequenas. Os argentinos procuram pensar na economia das cidades pequenas e versam sobre como essas cidades podem ser atrativas para empresas se instalarem em seu território, considerando as ditas redes institucionais junto à análise da centralidade exercida pela cidade de Pigüé, recorte do caso. No mesmo sentido do texto anterior, nos EUA, autores trabalham as pequenas cidades e os problemas causados pela automação, com o texto *Small cities face greater impact from automation* de Morgan R. Frank et al (2018) um problema do mundo moderno e globalizado que afeta em todas as cidades de todos os tamanhos. No texto do qual aborda as cidades pequenas no continente africano, *Small Cities and Towns in Africa: Insights into Adaptation Challenges and Potentials* do ano de 2015, que é escrito por diversos autores de vários países, tem como tema central o enfrentamento das mudanças climáticas pelas cidades pequenas, reforçando o debate ambiental. Na pesquisa de Capel (2009, p. 12), da Universidade de Barcelona, o autor procura associar os problemas das crises globais às pequenas cidades e, dentro da discussão, elenca o que se enquadra por uma pequena cidade na realidade espanhola. “En el caso de España se ha considerado que la escala de las ciudades pequeñas se sitúa entre los 2 000 y 10 000 habitantes, en el umbral inferior, y entre los 20 000 y los 30 000 o incluso los 50 000 habitantes, por el superior(...)”. O autor procura distinguir as cidades pequenas, que no contexto utilizado são as cidades até 50 mil habitantes, em três faixas demográficas.

O conceito das cidades de pequeno porte segue a mesma lógica da discussão sobre o conceito de cidade anteriormente exposto, apresentando concepções de diferentes autores que dedicam seus trabalhos a pesquisar as cidades pequenas. Fresca (2010), Corrêa (2011), Endlich (2011), Moreira Jr. (2013) e Silva e Sposito (2009) são alguns dos autores que fizeram seus pareceres a respeito das cidades de pequeno porte, além da abordagem dos autores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica as cidades com critérios estipulados, fato que a abordagem do instituto em relação aos demais autores possui cunho quantitativo. Neste sentido, é preciso que se tenha claro que a simplificação e a generalização devem ser afastadas da interpretação das cidades pequenas, uma vez que a realidade encontrada nas cidades com essa denominação pode ser objeto de estudos aprofundados, no que tange à própria análise das suas especificidades e particularidades (SILVA e SPOSITO, 2009). Por conta disso, é preciso que seja pensado um conceito do qual não ignore as especificidades de cada cidade de pequeno porte trabalhada, com todos os aspectos e características delimitadas. Dada a dificuldade em se definir o conceito da cidade pequena, Endlich (2006) pondera que:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda com patamares mínimos. (ENDLICH, 2006, p. 85)

Silva e Sposito (2013), diante da dificuldade em se definir o conceito de cidade, traçam uma maneira de se abordar o tema que pode ser utilizado em caráter inicial e dar entendimento do que se trata uma cidade de pequeno porte. Evidente que é sabido dos problemas com generalizações e de dados quantitativos, como o tamanho da população. Contudo, é preciso que se leve tais pontos em consideração.

Tendo em vista o aspecto demográfico, Silva e Sposito (2013) trazem consigo o relato em que vilas apresentarem um número maior de habitantes que as consideradas cidades. Assim, é sugerido que haja cautela com os reducionismos, como características populacionais e políticas, o que seria um problema para questões epistemológicas. Análises somente voltadas ao cunho demográfico são vagas. É preciso que se tenha clareza sobre a dimensão continental do país, consequentemente, entende-se que predomina a heterogeneidade do espaço, ou

seja, uma cidade pequena do interior do estado do Pará possui dinâmicas econômicas, culturais, sociais diferentes de uma mesma localizada no interior de Santa Catarina, considerando que ambas tenham a mesma quantidade de habitantes, as realidades serão completamente diferentes.

Na caracterização das cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) encontram-se direcionamentos à compreensão das cidades e, em um desses, a localização é tida como um importante critério a ser seguido, do qual condiciona ao pensar da rede urbana, considerando o conjunto e outros pontos chave, adicionando mais uma característica importante à conceituação das cidades pequenas, como já dito anteriormente, porém com enfoque no sentido demográfico.

Moreira Jr. (2013) salienta que as discussões sobre o tema cidades de pequeno porte são variadas e as análises procuram responder a variáveis relativas ao tamanho da população, aos critérios econômicos e às funções urbanas fazendo com que haja o distanciamento do tema de uma conceituação unificada, ampliando as discussões em sua própria definição. O mesmo autor sustenta suas ideias a partir do pensamento de Santos (1982), a partir do qual a Cidade Local compreende aquelas que ocupam o menor escalão das cidades no Brasil, ou seja, as cidades que atendem apenas as demandas mais imediatas de sua população. Já a Cidade Pequena seria aquela com complexidade de atividades urbanas que extrapolam o denominado nível mínimo, mas que essa complexidade não seja elevada a ponto de ser considerada uma cidade média. É importante notar que a cidade com um maior desenvolvimento das forças produtivas aliado a uma ampla gama de opções no comércio que não sejam consideradas essenciais passam a ocupar uma posição superior na hierarquia urbana, destacando-se ao papel do capital de consumo para a conceituação.

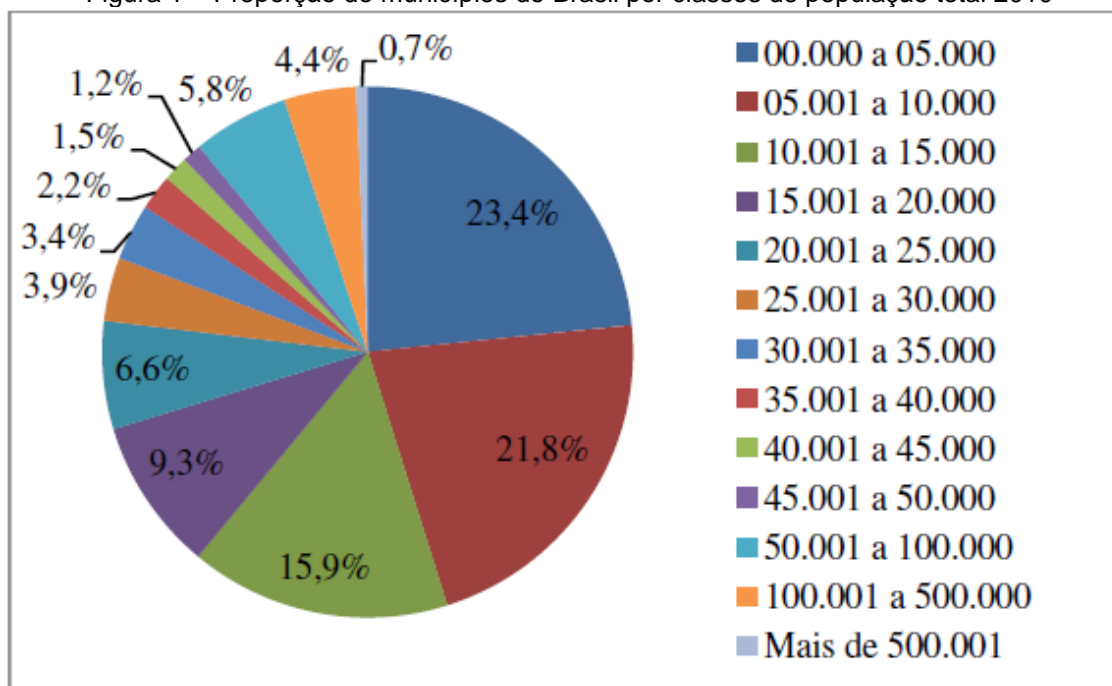
Roma (2016), na mesma linha de pensamento de Milton Santos, utiliza o conceito de cidades locais híbridas, considerando que no estudo dessas cidades as relações do rural não anulam as dinâmicas agrícolas, pelo contrário, se presencia ao que é colocado pela autora como uma tríade de relações rural/urbano/agrícola. Assim, ressaltando uma das principais características das cidades pequenas em todo o país.

Permanecendo na discussão a respeito do nível de complexidade das cidades pequenas e cidades locais, tal análise pode proporcionar fatos interessantes que permeiam o presente estudo, sobre os quais Fresca (2001, p. 28) disserta que: “[...] não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas

oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes e ambas sejam consideradas pequenas”. A análise de Fresca (2001) corrobora com o debate já realizado por Santos (1979) no qual o autor salientava que o número de cidades de pequeno porte ao longo de todo território brasileiro e das potencialidades que existem neste objeto “[...] vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente” (SANTOS, 1979, p. 69).

De fato, o território brasileiro dispõe de muitas cidades que se encaixam no escopo das cidades pequenas. Dada a amplitude de 2.000 a 50.000 habitantes, compreenderia mais de 94,1% das cidades do Brasil, ou seja, a realidade vivenciada por grande parte da população brasileira está nas cidades pequenas, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 1 – Proporção de municípios do Brasil por classes de população total 2010



Fonte: Fernandes (2018, p. 22)

A figura 1 mostra que o país é composto majoritariamente por municípios com no máximo cinco mil habitantes, ou seja, 23,4%, quase um quarto do total. Em seguida, destacam-se municípios da faixa de 5.001 a dez mil habitantes, com 21,8%, e, por fim, de 10.001 a 15 mil, com 15,9%.

Por conseguinte, a partir da análise da Região Metropolitana de Londrina (RML), pretende-se neste trabalho contribuir para o debate a respeito do

tema. Mas é preciso que se pondere algumas passagens porque o tema trabalhado perpassa as discussões do urbano. É preciso ainda levar em consideração que cada lugar referido apresenta mudanças com diferentes intensidades, respeitando suas singularidades, em que Santos (1988) argumenta que independente de sua classificação enquanto pequena ou grande, as cidades manifestam suas singularidades na maneira como que cada lugar combina as variáveis disponíveis, que podem ser comuns a outros lugares, mas nunca resultando em uma cópia.

Portanto, cada uma das localidades estudadas possui suas especificidades que podem se manifestar de diferentes formas. Uma delas se destaca pelas atividades produtivas, como apontadas por Fresca e Veiga (2011):

(...) em uma pequena cidade a especialização assume várias possibilidades como ser a maior geradora de empregos locais; a maior geradora de impostos municipais; sem que para tal a amplitude produtiva a coloque como importante controladora do mercado nacional ou regional. (FRESCA e VEIGA 2011, p. 390)

Algumas cidades apresentam tal especialização relatada no trecho supracitado. Em uma das cidades utilizada no atual recorte, Jaguapitã, sua peculiaridade se exprime pelas indústrias de mesas para bilhar. Conforme exemplificado em Veiga (2012), a cidade passa a manifestar relevância nacional com sua produção e mesas de bilhar, sendo responsável por cerca de 30% do montante do segmento no país, à época da pesquisa de Veiga. Mas, recentemente, a cidade tem se destacado para além do setor de mesas de bilhar, expandindo para outra área, o setor industrial avícola, que possui dois grandes frigoríficos em seus limites municipais e outras indústrias que surgiram em consequência da presença das anteriores.

Não obstante, é evidente a importância econômica da qual uma cidade manifesta a partir de suas especificidades econômicas, no caso foi salientada a cidade de Jaguapitã, porém existem outros exemplos no próprio estado do Paraná, como a cidade de Marialva, considerada capital das uvas finas, o que proporcionou o desenvolvimento de todo um setor especializado, ou até mesmo em um determinado tipo de serviço, visto em Santa Fé, com a oferta de serviços fotográficos para formatura (FRESCA e VEIGA, 2011).

Em Fresca (2011), a autora discorre em seu trabalho sobre a importância de se conhecer, e, assim, diferenciar os conceitos de cidades pequenas

e cidades locais, alertando para que não sejam utilizados como sinônimos em razão dos conceitos se diferenciarem em pontos fundamentais da compreensão dos termos.

Com tantas definições, por mais que tenha sido muito estudado, ainda não há uma definição clara sobre o conceito de cidade pequena. Assim, ele adentra à um problema ainda maior, como explica Endlich:

Existem diversas tentativas e critérios para se delimitar o rural e o urbano, tarefa que, se já era complexa antes, atualmente aproxima-se tanto do impossível quanto da inutilidade. Critérios estáticos e limitados de diferenciação facilitam aplicações pragmáticas, frequentemente prisioneiras do curto prazo, para fins estatísticos e administrativos, mas que pouco contribuem para o entendimento das dinâmicas sociais. (ENDLICH, 2006, p. 156)

O que se confirma, diante da quantidade de produções científicas a respeito das cidades de pequeno porte, é que as cidades grandes têm sido privilegiadas, conforme destaca Corrêa (1999, p. 45) ao afirmar que “os esforços de reflexão empreendidos sobre o espaço urbano e a cidade têm preferencialmente, privilegiado as grandes cidades.”

Desse modo, apesar das pequenas cidades terem tido atenção reduzida, o estudo desses centros se faz necessário para a análise das contradições da rede urbana, tal qual para a melhor compreensão do universo urbano nacional. (SILVA e SPOSITO, 2013)

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades [...]. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. (FERNANDES, 2018, p. 15).

Fernandes (2018) reforça a ideia da precariedade da qual se encontra as pesquisas sobre cidades pequenas, que deixam de ser consideradas nos estudos das redes, tendo sua complexidade não aproveitada para que haja um melhor entendimento, referida rede de cidades pelo autor, que também pode ser compreendida como rede urbana, e assim fomentar os debates supracitados.

Em uma breve parecer da rede urbana, o espaço das pequenas cidades ganha qualificativos relevantes. Desse cenário, pode-se extrair a produção, o consumo, a circulação e os diversos fluxos que compõem a realidade urbana, bem como podemos apreciar a influência político-econômica que uma determinada cidade exerce em relação as suas proximidades e/ou sua região. Então, compreendemos que a dimensão histórica da rede urbana tende a revelar a lógica dos papéis que uma determinada cidade assumiu e/ou

assume temporalmente na dinâmica das relações capitalistas de produção. (SILVA e SPOSITO, 2009, p. 210)

Observa-se, a partir do estudo da rede urbana, que algumas cidades que dispõem de um aparato industrial mais desenvolvido acabam por exercer significativa centralidade sob as cidades vizinhas com o tamanho demográfico semelhante, manifestando movimentos que caracterizam a teoria Christaleriana, que priorizou o olhar para os lugares centrais.

Centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados. As pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20-30.000 habitantes. É a elas que estamos nos referindo. Na categoria de centros locais incluímos aqueles centros que não são exclusivamente lugares centrais, dispondo de outras funções como a industrial: podem possuir uma população maior em razão dessas funções não-centrais, mas em termos de centralidade são centros locais. (CORRÊA, 2011, p. 7)

Completamente associado a compreensão do trecho acima, inclusive endossado pelo próprio autor, se relacionam os termos ligados aos centros locais e as Redes Urbanas. De modo a compreensão destas é essencial para a compreensão das cidades pequenas, que são subsidiadas para a compreensão da dinâmica do tecido urbano junto a suas configurações e transformações (MOREIRA JR, 2013).

As redes urbanas se manifestam no espaço geográfico como um conjunto de cidades ou centros urbanos em que, estes estão articulados territorialmente entre si. (SANTANA, SILVA e OLIVEIRA, 2021, p. 426)

Na própria região onde se localiza o escopo de pesquisa, é notada a presença de uma rede urbana complexa, na qual as cidades se conectam por meio da rede de rodovias existente na região metropolitana de Londrina, que, em virtude da proximidade dos centros urbanos dos municípios, manifesta intensa troca de serviços e produtos. De acordo com as pesquisas de Fresca (2001 e 2011), Corrêa (1999 e 2011), Moreira Jr. (2007, 2013 e 2014) grande parte dos autores que estudam as pequenas cidades procura inserir a compreensão das redes urbanas para melhor entender as cidades pequenas as quais analisam. (SANTANA, SILVA e OLIVEIRA, 2021, p. 427)

Embora para este trabalho as cidades que serão analisadas sejam Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, é importante um exercício de análise com a utilização dos dados da REGIC em uma área maior, em que essa compreende a totalidade da região metropolitana de Londrina, na qual as cidades supracitadas estão



inseridas. Este exercício se justifica pela importância do estudo das redes urbanas para a assimilação da realidade das cidades pequenas, entendendo que o estudo identifica as influências existentes nos diversos fluxos que são intensificados em virtude das relações que são estabelecidas por conta da constituição da região metropolitana.

Parte importante na construção da presente pesquisa é promover o devido destaque às diferentes oportunidades que cada um dos municípios estudados tem de acessar economias maiores, caracterizadas por serem centros de informação, comunicação comércio e finanças, que representam os lugares centrais que servem de conexão para as localidades menores. (IBGE, 2017)

Conectando-se com o que tem sido observado nas regiões metropolitanas, que devido a distinção institucional acaba por determinar grande parte dos fluxos econômicos para a cidade polo que acaba por concentrar a maior parte dos serviços, no caso da região observada, trata-se de Londrina. Porém, outros fenômenos se manifestam em outras escalas, e cidades menores podem vir a se tornar subpolos exercendo outras funções na rede urbana e promovendo novos fluxos regionais.

A participação das cidades na rede urbana inseridas na região metropolitana de Londrina proporciona a análise a respeito das cidades por meio das relações estabelecidas por estas, a nível regional, por meio da utilização da Região de Influência das Cidades – REGIC, dessa forma é possível observar a dependência das cidades umas com as outras, com foco em suas atividades relacionadas à busca por serviços de saúde e compras.

De acordo com o IBGE (2018), a REGIC é a pesquisa que define a hierarquia dos centros urbanos do Brasil, e com isso é possível identificar o alcance das metrópoles e capitais regionais por meio de determinados serviços e rede de comércio que atraem populações de outras localidades.

Com relação a REGIC, foram selecionadas duas perguntas, cada uma delas que procura demonstrar a influência das cidades a respeito das compras e da saúde. Com relação às compras, a pergunta foi: “Quais são os municípios mais procurados pela população para compra de artigos de vestuário e calçados para consumo próprio?” (IBGE, 2020). A pergunta para a influência das cidades para a saúde foi: “Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização

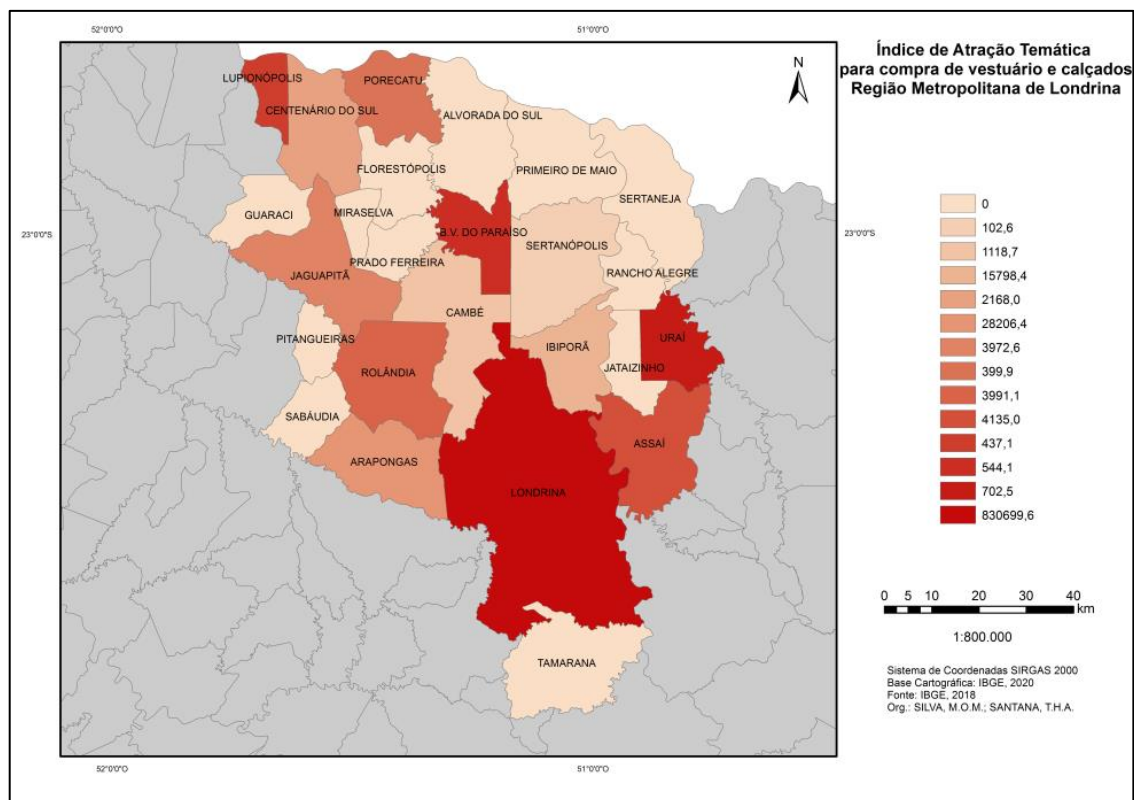
de serviços de saúde de baixa e média complexidade (consultas médicas e odontológicas, raio x, colocação de gesso etc.)?”. (IBGE, 2020)

Quanto ao setor da saúde, foram escolhidos os dados que dizem respeito à utilização de serviços de saúde de baixa e média complexidade por justamente não se tratarem de questões complexas que não necessitam de grandes estruturas ou serviços especializados. Portanto, em cidades pequenas é projetado que haja o mínimo para que os serviços de saúde sejam atendidos, do contrário em cidades locais os serviços não se manifestam da mesma forma que nas cidades pequenas.

Tais cálculos resultam nas cidades com maior índice de atração em relação às vizinhas. Destarte, os números obtidos resultaram em 4 mapas, dos quais, 2 são referentes ao comércio e, outros 2 referentes à saúde. Nos dois locais os serviços de baixa complexidade (área da saúde) ou básicos (área das compras) e os serviços de alta complexidade (área da saúde) e de produtos com maior valor agregado (área das compras). (SANTANA, SILVA e OLIVEIRA, 2021)

A partir da análise dos mapas que indicam a atração para compras de vestuário e calçados, é possível contemplar quais cidades se enquadram enquanto cidades pequenas e cidades locais.

Figura 2: Índice de Atração Temática para compra de vestuário e calçados - Região Metropolitana de Londrina

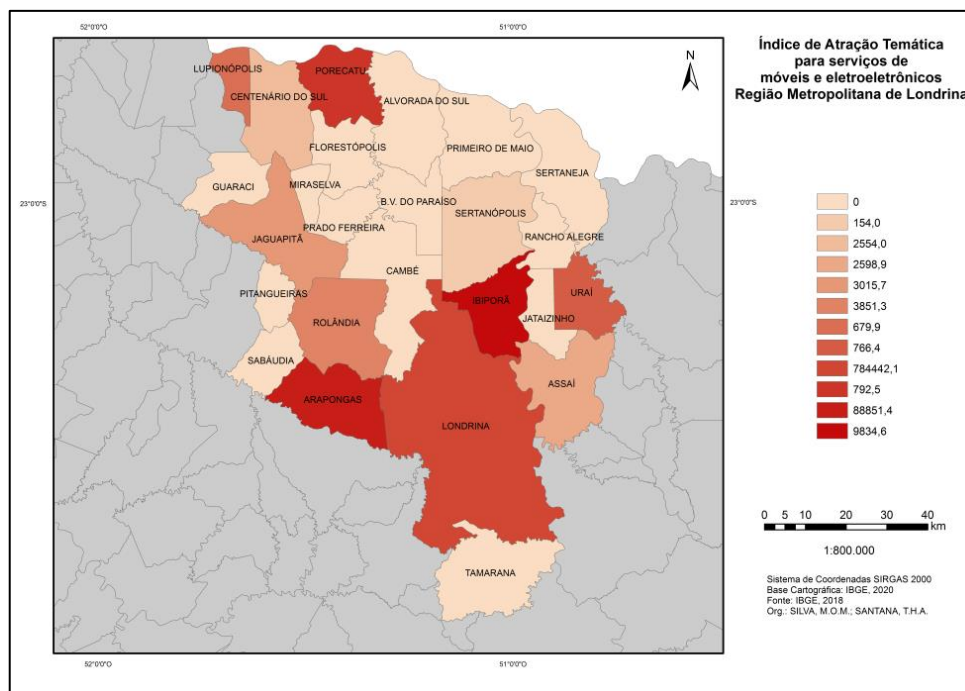


Fonte: IBGE, 2020.

Observando as cidades no mapa, é possível notar Lupionópolis, cidade pequena que, a partir do quesito proposto, manifesta atração sobre a cidade fronteiriça de Cafeara, que por sua vez não está inserida na Região Metropolitana de Londrina. Ainda que estejam representadas no mapa, é importante que seja evidenciado que as cidades de Rolândia, Cambé e Londrina não estão enquadradas no escopo enquanto cidades pequenas ou cidades locais.

Na medida em que o índice de atração passa a contar como critério os serviços relacionados a bens com maior valor agregado, como por exemplo, móveis e eletrônicos, é possível notar a diferença estabelecida no mapa, em que algumas cidades passam a não figurar com grande influência como anteriormente. Isto se dá pela não presença de comércio especializado para tal área, o que seria não lucrativo para aquelas que se instalassem nas cidades supracitadas, onde as cidades menores têm como alternativa optar pelo deslocamento até a cidade de Londrina, que atua enquanto cidade sede de sua região metropolitana, para acessarem a recursos relacionados à área de consumo de produtos com maior valor.

Figura 3: Índice de Atração Temática para compra de móveis e eletrônicos - Região Metropolitana de Londrina

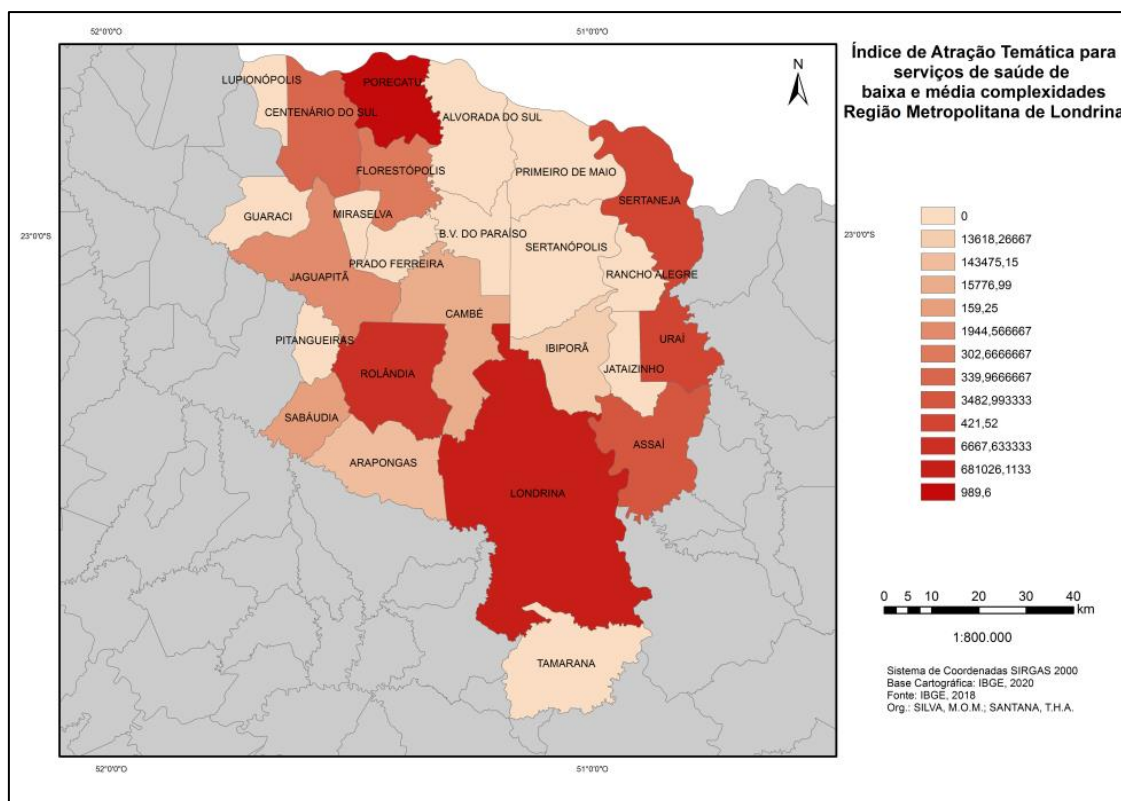


Fonte: IBGE, 2020.

Ao possuir um determinado tipo de estrutura para atendimento médico básico certamente uma cidade irá exercer grande influência sobre os aglomerados vizinhos. Desta forma, as cidades locais ficam delineadas na cor mais clara da escala de cores escolhida para elaborar o mapeamento. Lupionópolis, que por ora apresentava alto índice de atração na temática anterior, não mantém o nível na temática que trata os assuntos da saúde, tendo que recorrer a outras cidades da região metropolitana como, por exemplo, a cidade de centenário do sul, fronteira à cidade supracitada.

Já as cidades conceituadas enquanto cidades pequenas contam com uma rede de assistência razoavelmente maior que as cidades locais, no qual as primeiras contam com uma rede na qual a partir da leitura do Caderno de informações de Saúde é possível confirmar tais informações, conforme alguns movimentos analisados na REGIC podem ser justificados pela maior assistência existente nas cidades. São poucos os municípios que contam com atendimento especializado e com amplo atendimento. Nesses casos, a presença dos serviços mediados pelo estado são a principal, ou a única via para suporte a saúde. (SANTANA, SILVA e OLIVEIRA, 2021)

Figura 4: Índice de Atração Temática para serviços de saúde de baixa e média complexidade  
- Região Metropolitana de Londrina

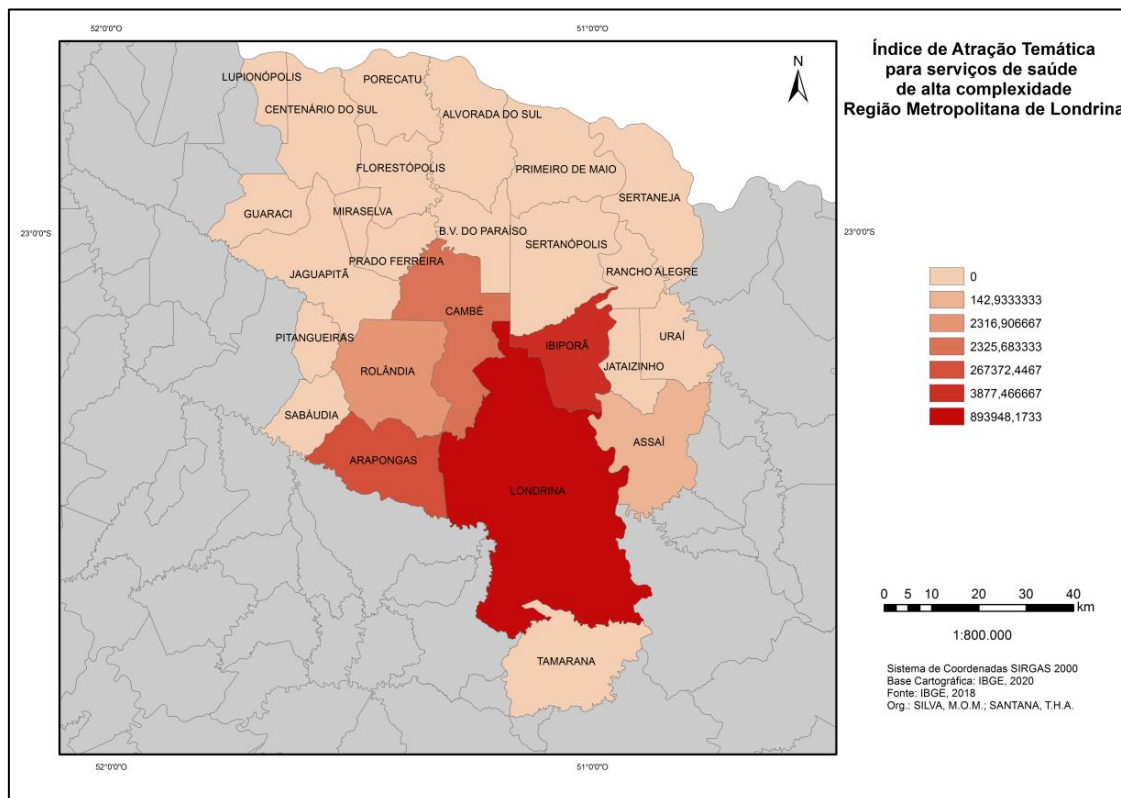


Fonte: IBGE, 2020.

Ao observar o mapa que mostra os dados relacionados aos serviços de saúde de alta complexidade, há uma evidente diferença em comparação à figura anterior, na qual cidades que representavam certa centralidade não manifestam a mesma relevância no presente quesito. Uma das principais características da cidade sede da região metropolitana estudada é a especialização desta em prestação de serviços referentes à área da saúde, sejam estes de baixa ou alta complexidade. Junto a essa especialização, existem serviços municipais das diversas cidades que compõem a 17ª regional de saúde que buscam em Londrina resolução para diversos casos relacionados à saúde. Além da presença da décima sétima regional de saúde, grande parte dos municípios que compõem a RML contam com serviço diário de transporte de pacientes para a cidade de Londrina em função da presença do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), que disponibiliza atendimento médico de forma gratuita, junto a outros hospitais que

oferecem atendimento especializado na cidade. (SANTANA, SILVA e OLIVEIRA, 2021)

Figura 5: Índice de Atração Temática para serviços de saúde de alta complexidade - Região Metropolitana de Londrina



Fonte: IBGE, 2020.

Por meio dos dados disponíveis na pesquisa, se torna possível identificar quais centros urbanos são mais dependentes de seus vizinhos fazendo com que os conceitos de Cidade Local e Cidade Pequena mais compreensíveis, ajudando o entendimento do leitor e, principalmente, proporcionando uma ideia da complexidade do tema abordado. Afinal, reforçando os apontamentos de Fresca (2011), é importante que estejamos atentos para não confundir os conceitos de cidade local e cidade pequena tendo em vista que as cidades locais correspondem ao menor escalão das cidades existentes no Brasil. Assim, a cidade local, sendo a de menor complexidade acaba por responder “[...] às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 71). Já as cidades pequenas seriam as que ultrapassam a complexidade mínima ressaltada anteriormente por Milton Santos. Porém, as

discussões sobre as cidades pequenas possuem diversas perspectivas, em que este trabalho segue a abordagem de Milton Santos como base teórica.

A fim de encontrar uma cidade tenha padrões de cidade pequena, é levado em consideração que ela possua não somente índice de atração relevante em uma só temática, mas em várias, tanto da área da saúde, quanto da área relacionada às compras.

Neste sentido, com base nas informações coletadas, nota-se que Centenário do Sul e Jaguapitã exercem maior influência nas cidades vizinhas, essas que por sua vez, procuram serviços de saúde e comércio nas duas já citadas, detendo maior complexidade em sua capacidade comercial, o que as enquadra como Cidades Pequenas.

### 3 APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NA PESQUISA

Para compreender a realidade na qual as cidades estão situadas utiliza-se algumas ferramentas de análise, uma delas é compreender a maneira com que essas cidades surgiram, pois, grande parte das cidades que compõe o norte paranaense possuem o ano de fundação similar umas das outras: a década de 1950. Apesar da proximidade de suas fundações e estarem em um mesmo projeto de ocupação de terras, as aglomerações apresentam algumas diferenças, mesmo quando observado pelo escopo da demografia e da dimensão de seus territórios, junto a maneira com que seus espaços foram constituídos. Portanto, na conjuntura observada, entende-se que o passado possa contribuir para o entendimento da realidade da qual as cidades estão e por quais processos estas passaram. Destarte, este capítulo tem como objetivo a análise das cidades do escopo de pesquisa, de maneira detalhada, ressaltando as singularidades e semelhanças entre estas ao longo dos anos. A utilização de registros que remontam a fundação das cidades pode explicar as atuais dinâmicas econômicas hoje desenvolvidas em seus territórios, observando a função que estas possuíam em determinado período histórico, e qual atualmente exercem frente às dinâmicas econômicas e sociais.

Adentrando à discussão dos aspectos primários sobre as cidades, cabe ressaltar alguns dados que chamam a atenção. O decréscimo populacional é um fenômeno que intriga quando observados os números dos censos dos últimos anos dos municípios de Centenário do Sul e Porecatu, que em relação aos censos anteriores tiveram um número de habitantes menor, destaque para Porecatu que apresenta cerca de 1200 pessoas a menos que no censo precedente, o que para uma cidade pequena é um número de maior significância e pode representar a existência de algum problema devido alteração expressiva na demografia.

Tabela 1: Demografia das cidades do escopo durante os censos 1970 – 2020

Município	1970	1980	1991	2000	2010	2020
<b>Centenário do Sul</b>	19.543	16.392	14.119	11.756	10.879	10.764
<b>Jaguapitã</b>	16.700	11.987	10.531	10.932	12.079	13.742
<b>Porecatu</b>	22.277	21.464	16.964	15.807	13.960	12.748

Fonte: IBGE, 2020.



Alguns desses municípios referidos na tabela 1 possuíam um contingente populacional mais elevado em determinada época de realização do censo em virtude das áreas que viriam a se emancipar existentes em seu território. Dessa forma, o número de habitantes de alguns desses municípios pode chamar a atenção em virtude do problema relatado. Contudo, este não aparenta ser o caso das localidades estudadas. Uma vez que a última modificação significativa do território destes municípios remonta ao ano de 1954, em que por meio da lei nº 253 de novembro daquele mesmo ano, foi instaurada a última alteração no que diz respeito à emancipação de outros distritos ligados a Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu.

Na tabela 1 é exposta a evolução demográfica ao longo dos censos realizados nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e com o adendo da inserção da estimativa populacional do ano de 2020, que assim como o censo, também é realizada pelo IBGE. Estimativa essa que é calculada da seguinte maneira, de acordo com o próprio instituto:

A metodologia adotada para estimar os contingentes populacionais dos municípios brasileiros baseia-se na relação da tendência de crescimento populacional do município, observada entre dois censos demográficos consecutivos, com a tendência de crescimento de uma área geográfica maior, as Unidades da Federação. (IBGE, 2019)

A avaliação de um fato unicamente por sua demografia mostra-se como uma maneira vazia, como já foi posto no capítulo anterior. Por isso, a tabela 1 tem a função de encontrar quais razões contribuíram para que a população dessas cidades chegasse à tendência demonstrada. Dessa forma, foram elencados pontos importantes da história, na qual predominam os ciclos agrícolas regionais que impulsionaram a economia local, que se sustenta basicamente por recursos advindos da federação, onde a principal fonte de verba das cidades de pequeno porte advém de tributos municipais como o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, Imposto Sobre Transmissão de Bens e Imóveis – ITBI, e principalmente o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, este último, consiste na transferência constitucional da União para os Estados e Distrito Federal, composto de 22,5% do imposto de renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

É importante salientar que, a quantidade de verba recebida por meio do FPM é proporcional ao tamanho demográfico dos municípios em questão. No caso, as

idades de pequeno porte são o objeto de estudo, portanto, estas recebem uma menor fatia desta verba, que por sua vez é dividida da forma com que aponta a tabela 3.

Pensando na melhor maneira de correlacionar os dados dispostos, chama atenção nas áreas dos municípios em que a incidência da pobreza e pobreza subjetiva são maiores, o índice de Gini também acompanha os dados. Em que, entende-se que a pobreza subjetiva corresponde a percepção dos próprios indivíduos sobre as suas condições mínimas necessárias de sobrevivência (IBGE, 2010).

Tabela 2 – Indicadores sociais das cidades analisadas.

<b>Cidade</b>	<b>Centenário do Sul</b>	<b>Jaguapitã</b>	<b>Porecatu</b>
<b>Incidência da Pobreza</b>	46,01	39,01	43,93
<b>Incidência da Pobreza Subjetiva</b>	27,60	21,49	25,56
<b>Índice de Gini</b>	0,41	0,39	0,41

Fonte: IBGE, 2010.

Das três cidades estudadas, Jaguapitã é a que possui os índices com menor incidência de pobreza e o índice de Gini, que mede a concentração de renda em determinada localidade, e ao que sugerem os números, Centenário e Porecatu possuem números mais elevados. Podendo imaginar a correlação dos itens, o Índice de Desenvolvimento Humano das cidades se manifesta em ascensão em relação ao ano de 1991, na qual Porecatu surge com o maior expoente.

Tabela 3 – Índice de desenvolvimento humano nos últimos três censos realizados.

<b>Cidade</b>	<b>IDHM 2010</b>	<b>IDHM 2000</b>	<b>IDHM 1991</b>
<b>Centenário do Sul</b>	0,668	0,603	0,444
<b>Jaguapitã</b>	0,715	0,632	0,468
<b>Porecatu</b>	0,738	0,647	0,515

Fonte: IBGE, 2020.

Como já mencionado no capítulo anterior, a localização é uma importante característica a ser analisada quando estudada uma cidade pequena. No caso do recorte estudado, se torna ainda mais imprescindível que seja levado em consideração características que remontam a geografia do local, dada a importância da qualidade do solo e o modo de ocupação do território que se deu de maneira, teoricamente, mais ordenada que em outras regiões do país. Ainda na questão locacional é ponderada a proximidade do norte paranaense com o interior paulista e

a própria capital do estado vizinho, em que nos anos de fundação das cidades ali localizadas foi um fator determinante para o estabelecimento de culturas, investimentos e avanço destas.

O norte paranaense, antes da ocupação dirigida por europeus, e ocupado por outros povos de diferentes áreas do Brasil, já foi ocupado muito antes pelos povos originários do continente americano, que estavam no território há milhares de anos. Essa referência atua no sentido de desmistificar a ideia de “vazio demográfico” presente nos estudos consagrados, relatado por Tomazi (1997). No mesmo pensamento do autor citado, é preciso pensar o território do norte paranaense enquanto ocupação e (re)ocupação. Como visto em Fajardo (2006) a (re)ocupação do norte paranaense foi intensificada apenas nas primeiras décadas do século XX, porém, Müller (2001) ressalta que o território do norte paranaense, antes da chegada da CTNP já havia passado por outra reocupação por parte de fazendeiros advindos do interior paulista, por volta do ano de 1862, no qual foram observadas formas de colonização espontânea e, em sequência, formas de colonização dirigida. Implícita na história do norte paranaense, está a presença da empresa britânica, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que foi responsável pela divisão da mesorregião em lotes, seus tamanhos e a disposição dos mesmos no território. Portanto, o surgimento das cidades que atualmente estão nessa região está ligado direta ou indiretamente as ações da Companhia, que iniciou seu trabalho no ano de 1925, objetivando a colonização, construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos. A empresa delimitou lotes e iniciou o cultivo do algodão, que teve breve passagem e foi encerrado rapidamente. Em 1939 é deflagrada a segunda Guerra Mundial e, como se sabe, a Inglaterra teve papel primordial na vitória sobre os nazistas. Contudo, os ingleses foram obrigados a se dispor de bens no exterior, e a Companhia de Terras foi uma dessas posses. (OLIVEIRA, CRESTANI e STRASSBURG, 2016) No ano de 1944 a empresa de capital britânico foi vendida a um grupo do interior paulista, passando a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e, após a venda, a empresa passa a atuar com mais intensidade no plano de ocupação da área, determinando o perfil dos lotes que se caracterizavam por longas fitas, que se estendiam do espigão do vale até uma saída de água. (ALMEIDA, 2016)

Desta forma, estando localizadas no Norte Central, que compreende a divisão regional paranaense em mesorregiões imediatas e intermediárias, é justificável que apresentem semelhanças em seu processo de formação e

consolidação enquanto cidades. A proximidade geográfica uma das outras é também característica da ocupação planejada pela Companhia Melhoramentos, na qual visava, de alguma maneira, proporcionar atendimento aos ocupantes que ali se instalavam, neste sentido, Ana Claudia Almeida disserta:

Os centros urbanos com maior importância e influência no contexto regional estavam localizados a 100 km de distância entre si, são as “cidades polos” de Londrina, primeira a ser fundada em 1934; Maringá, cuja fundação data de 1947; e Cianorte, fundada em 1955. Já os centros de menor influência estavam localizados a cada 15 km, e entre eles haviam os patrimônios (Pequenos núcleos urbanos, sem autonomia administrativa, que atende aos moradores rurais da área ao entorno, possuindo, geralmente, uma capela, uma praça, uma escola, um pequeno estabelecimento comercial de gêneros alimentícios, e um campo de futebol e de bocha.). (ALMEIDA, 2016, p. 14)

Na história do norte do Paraná é impossível dissociar o surgimento das cidades ao cultivo do café, que nos anos de 1940 estava em expansão no interior paulista e em alta nos mercados nacionais e internacionais, junto a qualidade da terra encontrada no norte paranaense creditada as manchas de terra “roxa”, que se caracterizada devido a sua fertilidade. Contudo, inicialmente as atividades se deram com as plantações de algodão, em que foram divididos pequenos lotes para o cultivo, em que a companhia objetivava o retorno de seus investimentos. (OLIVEIRA, CRESTANI e STRASSBURG, 2016)

(...) a partir dos anos 1930, com o crescimento do envolvimento do Estado no “direcionamento do desenvolvimento econômico” passou-se à implementação de modelos de organização regional para o País. Na década de 1940, com a criação do IBGE, torna-se rotina a prática da divisão regional do território nacional. (SILVEIRA, 2014, p. 12)

Tomando o que Silveira (2014) aponta, possibilita a correlação dos acontecimentos, onde o Estado brasileiro, na década de 1930 com o início de sua industrialização impulsiona outras áreas da economia nacional, e uma das ferramentas para ordenar este crescimento se caracteriza pela criação do IBGE em 1936. Uma das características apresentadas pela região é o surgimento repentino como se deram as aglomerações que viriam a se tornar cidades na referida localidade, que está diretamente relacionada com a busca por terras agricultáveis de qualidade que poderiam gerar grandes lucros com o plantio do café. Padis (1981) retrata essa movimentação ocupacional enquanto um verdadeiro “fenômeno”, uma extensa área de mata densa em menos de quarenta anos se transforma em um local povoado e com terras agricultáveis. Todos esses aspectos fizeram com que não só o norte

paranaense, mas a maioria da região sul do Brasil, apresente uma agricultura diversificada com altos níveis tecnológicos implicados, junto à alta produtividade.

Alguns marcos legislativos são importantes para essa região, como a lei nº 2, de outubro de 1947, algumas aglomerações que até então eram consideradas povoados ou vilarejos foram elevados a categoria de patrimônios, e aqueles que eram patrimônios ou distritos, passaram a ser considerados municípios, como foi o caso de Jaguapitã, Centenário do Sul e Porecatu, hoje cidades, tiveram a elevação para município no mesmo ano a partir da data supracitada, e todos eles desmembrados da comarca de Sertanópolis, que tem povoamento de seu atual território que data o ano de 1923, uma ocupação mais antiga em relação aos demais territórios da mesorregião do Norte Novo.

Do primitivo território municipal de Jaguapitã, foram criados, pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, os municípios de Centenário do Sul, Lupionópolis e Santo Inácio; pela de n.º 253, de 26 de novembro de 1954, os de Cafeara, Colorado, Guaraci e Itaguajé. (IBGE, 1959, p. 259).

Jaguapitã, até o ano de 1947 fazia parte do território de Sertanópolis, nesse mesmo ano, por meio da Lei Estadual n.º 2, de 10 de outubro, eleva-se a qualidade de município. Nota-se que durante cerca de 4 anos, Jaguapitã era centro das decisões para sete outras localidades (Cafeara, Colorado, Guaraci, Itaguajé, Centenário do Sul, Nossa Senhora das Graças) até então consideradas vilas ou patrimônios, que possuíam suas aglomerações urbanas relativamente distantes de Jaguapitã, embora naquela época as áreas rurais possuíam mais habitantes que as manchas urbanas, este é um fator importante para o que veio a ser o primeiro desmembramento de Centenário do Sul, Lupionópolis e Santo Inácio, como referido acima, com base na Lei Estadual n. 790, de 1951, deixam de compor o território de Jaguapitã. Posteriormente, 3 anos após o primeiro desmembramento, outros municípios são constituídos, Cafeara, Colorado, Guaraci e Itaguajé. Novamente, atenta se pelo fato da grande distância existente a sede de Jaguapitã para as localidades que foram desmembradas, com foco em Itaguajé, que faz fronteira com o estado de São Paulo e a aproximadamente 87 quilômetros da mancha urbana de Jaguapitã, distância essa que se manifesta enquanto barreira para a prestação de serviços voltados a esfera pública e, dessa forma, afetando na governabilidade do seu território. (FRESCA, 2001)

Já a cidade de Porecatu foi desmembrada do território de Sertanópolis no ano de 1947, em razão da Lei n.º 2 de outubro daquele mesmo ano. Assim, elevado à categoria de município, o território de Porecatu contava com a presença de outras 2 aglomerações urbanas ao longo de seu domínio, Alvorada do Sul e Florestópolis, das quais foram elevadas a categoria de município no ano seguinte, por meio Lei n.º 23 de janeiro de 1948. (IBGE, 1959)

Quando essas cidades se tornaram municípios, ou seja, passariam a abrigar uma unidade administrativa com partitura do poder público voltado a atender as demandas específicas de seu território, com prefeito, vereadores e demais aparatos da gestão pública, estas já apresentavam número relativo de pessoas em suas aglomerações urbanas além de contar com prestadores de serviços de diversos âmbitos, tanto relacionado ao comércio, como aos serviços bancários, onde de acordo com a enciclopédia dos municípios de 1956 (IBGE, 1959), Centenário do Sul, por volta do ano de 1956, próximo a sua fundação, possuía 5 estabelecimentos atacadistas e 192 varejistas, além de uma agência bancária. Jaguapitã, apresentava 11 estabelecimentos atacadistas e 66 varejistas e 2 agências bancárias que representavam o crédito local, destaque para o setor comercial de Jaguapitã, por conta de sua abrangência para com outras cidades dentro e fora do estado, como é posto no texto:

Efetua um intercambio intenso de produtos agrícolas e mercadorias com as seguintes praças: Curitiba, Paranaguá e Londrina, no Paraná; São Paulo e Santos, em São Paulo. Ali vende sua produção própria, e compra os produtos e artigos indispensáveis para o consumo interno do município. (IBGE, 1959, p. 272)

Na cidade de Porecatu, próximo a sua fundação, a cidade contava com 11 estabelecimentos varejistas e duas agências bancárias, não mencionando a presença de estabelecimentos atacadistas, como nas outras duas cidades já citadas. Contudo, apesar da não notificação do setor atacadista, era relatada as relações comerciais com Londrina, Paranaguá, Presidente Prudente (SP) e Santos (SP).

Mas o que significa para estas localidades a elevação de seu território para município. Sabe-se que as cidades pequenas têm, em sua maioria, os recursos advindos de impostos, recursos federais e o FPM, já relatado anteriormente. Além da maior arrecadação de uma cidade que agora possui sede administrativa, outros prédios voltados à gestão pública, onde grande parte dos empregos existentes nessas

idades é advinda desta esfera, o que parece positivo para a população. Já do ponto de vista da administração, apesar de no momento vivenciado, com os avanços do meio informacional, é possível que haja conhecimento do território e das demandas da população por meio virtual. Porém, a administração pública não dispõe de tamanha eficiência no que diz respeito a resolução de problemas urbanos, por exemplo, assim a continuidade territorial para com sua sede administrativa é uma vantagem para as cidades.

Brandt (2010) chama a atenção para o elevado número de municípios que foram criados na década de 1990, que tem como principal característica o tamanho demográfico destes que foram criados a partir da nova constituição, em que estes municípios são os considerados pequenos. Nas palavras da autora é explicitado:

Além do significativo montante, destaca-se o fato de que, entre os novos municípios, mais da metade possui menos de 5.000 habitantes, de forma que, do total de 1.375 micromunicípios existentes, 51,2% foram instalados em período recente. Considerando uma população um pouco maior, de até 20.000 habitantes, a proporção chega até 95% do total. (BRANDT, 2010, p. 66)

O grande número de municípios criados nos anos ressaltados atribui-se ao FPM, que de acordo com Brandt (2010), passou por modificação na sua forma de distribuição, mediante Lei Complementar nº 62, de dezembro de 1989, que entrou em vigor em janeiro do ano seguinte. O ponto fundamental da modificação da distribuição do repasse da união está nos coeficientes estabelecidos por meio da população dos municípios, em que na tabela 4 é descrito como são repassados os recursos.

Tabela 4 – FPM Interior – coeficientes por faixa de habitantes.

<b>Faixa de Habitantes</b>	<b>Coeficiente</b>	<b>Faixa de Habitantes</b>	<b>Coeficiente</b>
<b>Até 10.188</b>	0,6	<b>De 61.129 a 71.316</b>	2,4
<b>De 10.189 a 13.584</b>	0,8	<b>De 71.317 a 81.504</b>	2,6
<b>De 13.585 a 16.980</b>	1,0	<b>De 81.505 a 91.692</b>	2,8

<b>De 16.981 a 23.772</b>	1,2	<b>De 91.693 a 101.880</b>	3,0
<b>De 23.773 a 30.564</b>	1,4	<b>De 101.881 a 115.464</b>	3,2
<b>De 30.565 a 37.356</b>	1,6	<b>De 115.465 a 129.048</b>	3,4
<b>De 37.357 a 44.148</b>	1,8	<b>De 129.049 a 142.632</b>	3,6
<b>De 44.149 a 50.940</b>	2,0	<b>De 142.633 a 156.216</b>	3,8
<b>De 50.941 a 61.128</b>	2,2	<b>Acima de 156.216</b>	4,0

Fonte: Brasil, 1981 - Decreto Lei nº 1.881/1981.

A tabela 4 intitulada FPM interior diz respeito aos municípios do “interior”, ou seja, não-capitais. Dentro dos limites apresentados, e estando entre as localidades que mais apresentaram casos de elevação a categoria de município, estão inseridas as cidades estudadas. Portanto, tendo o censo demográfico de 2010 como base, em virtude da não execução do censo de 2020 é observada a ausência dos dados oficiais deste ano, Centenário do Sul e Jaguapitã estariam na mesma faixa, com o coeficiente de 0,8. Porecatu estaria com o coeficiente de 1. Quando analisada a evolução demográfica da estimativa populacional do ano de 2020, Jaguapitã estaria deixando de receber correção e angariando mais recursos em virtude do atraso da divulgação oficial, já que com a população estimada, seu coeficiente saltaria de 0,8 para 1. O que seria o contrário para o caso de Porecatu, que apresenta redução na população estimada, e com essa perda seu coeficiente iria de 1 para 0,8. Centenário do Sul diante das previsões não modificaria seu coeficiente, por não apresentar variação significativa.

Para se chegar até a elevação dos então distritos a municípios foi preciso movimentação governamental que por meio de leis promoveu a criação de vários municípios, mas também necessitava da vontade dos moradores locais para a composição dos poderes que caracterizam a administração do município. Atribui-se ao elevado número de municípios que foram emancipados, não somente nos anos 1990, mas em todas as oportunidades nas quais houve essa movimentação, à busca de recursos públicos mais fáceis. Certamente que para a criação ou emancipação de um território para se elevar a município deve obedecer a certos critérios, que ao longo dos anos foram estabelecidos e alterados. Por exemplo, na Constituição Federal de 1988, em que os requisitos para a emancipação municipal foram flexibilizados, e, em conformidade com Brandt (2010), o principal elemento liberalizante está no 4º do artigo 18, do qual estabelece que para a emancipação ou criação de outros municípios apenas duas condições:



(...) a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, de acordo com requisitos previstos em lei complementar estadual, e a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (BRANDT, 2010, p. 61)

A Lei apresentada na Constituição Federal não foi a primeira para emancipação de municípios, a Lei semelhante que a antecedia vem do período em que vigorava a ditadura militar. Um dos principais requisitos para a criação de novos municípios no artigo 14 da constituição federal de 1967 estabelecido um mínimo de 10 mil habitantes para que tivesse seguimento nos processos de emancipação, junto ao número de duzentas casas em um centro urbano já estabelecido. (BRANDT, 2010)

Diante das duas leis para a criação de municípios, nota-se grande diferença na facilidade que foi obtida a partir da Carta Magna de 1988, cuja flexibilização teve de ser freada com a alteração da redação da Lei Complementar nº 15 de 1996, alterando o art. 18 que requeria lei federal para o estabelecimento de novos municípios, sendo inicialmente disciplinado pela Lei nº 10.521, de 18 de julho de 2002, e, a posteriori, pela Emenda Constitucional nº 57, de 2008. Diante das alterações, atualmente predominam os requisitos estabelecidos por cada estado da união, onde cada lei pode apresentar variações devido a suas peculiaridades. (BRANDT, 2010)

No estado do Paraná, os critérios para a criação de um novo município, possuem como principal característica, levando em consideração o presente debate e inserido no art. 8 da Lei Complementar nº 27, de janeiro de 1986, estabelece que a população de seu território necessita ser superior a mil habitantes e que exista um centro com pelo menos 50 casas.

Como mencionado na introdução da presente pesquisa, no ano de 2019 foi proposto no senado um projeto que visava a destituição de cidades com menos de 5 mil habitantes para a qualidade de distritos do município vizinho fronteiriço. Cabe ressaltar que PL se baseia nas ideias do artigo 14º da Constituição Federal de 1967, do regime militar. No entanto, quando analisada a população urbana das cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, a demografia destas não chegava a alcançar 4 mil pessoas, em que a primeira citada possuía 2.503, a segunda algo entorno de 2.635 e a terceira contava com o maior contingente populacional com cerca de 3.940 habitantes. Além de que, de acordo com os dados dispostos na mesma fonte do IBGE (1959) estes não contavam com a quantidade de edificações superior

a 200, como hoje é exigido, mas havia sim um centro urbano consolidado nessas localidades, onde mais uma vez atenta-se aos cuidados que se deve haver com o estabelecimento de parâmetros rígidos para se estudar as cidades, sobretudo as quais se encontram na categoria das cidades pequenas e cidades locais.

A economia paranaense passou por diversas fases ao longo de sua história. Konzen e Zapparolli (1990) argumentam a existência de sete grandes ciclos durante o processo de ocupação e (re)ocupação de seu território, no qual a compreensão destes auxiliam no entendimento da configuração territorial paranaense, esses ciclos são: Escravo-indígena; Mineração; Tropeirismo; Erva-mate; Madeira; Café e Soja, pecuária. A exploração do trabalho indígena fez com que um dos pontos ressaltados pelos autores seja a escravização indígena, em que bandeirantes e espanhóis acumularam riquezas através da exploração de um povo. Outro ciclo disposto por Konzen e Zapparolli (1990), consiste na mineração que foi desenvolvida no litoral e contribuiu para o surgimento de cidades como Paranaguá e a ocupação dos campos gerais. Da mesma forma com que o tropeirismo, com as campanhas gaúchas, estabeleceu aglomerações urbanas que vieram se tornar importantes cidades do interior do estado, como Ponta Grossa e Guarapuava.

Teoricamente junto ao cultivo do café, a exploração da madeira foi parte importante da economia paranaense, sobretudo no norte do estado, onde o desmatamento da mata nativa preparou o espaço para introdução da lavoura cafeeira (KONZEN e ZAPPAROLLI, 1990). Como ressalta Fajardo (2006) é importante que se tenha em mente que os ciclos econômicos não se sobrepuseram, entende-se que essas atividades ocorreram, em alguns momentos, simultaneamente. Em alguns momentos, o declínio de determinada atividade por conta de crises econômicas não significava o seu total desaparecimento.

O principal ciclo se atribui ao café que atua enquanto símbolo e motor do crescimento da região e das cidades estudadas, no qual seu papel foi fundamental para a indústria, não só paranaense como também de outras regiões do país, como a capital paulista, muito devido aos programas nacionais de fomento ao cultivo do grão. Por volta dos anos de 1940, houve movimentação do governo paranaense para o plantio do café no norte do Paraná, em um convenio junto ao governo federal possibilitou a expansão dos cafezais nesta região. Com isso, frente ao declínio da produção do grão ao longo do território brasileiro, o Paraná inicia importante participação na porcentagem geral do país, onde em 1940 o estado representava

5,8% da produção, chega a sua fase mais participativa com aproximadamente 55% da produção global do café no país no ano de 1965. (IZEPÃO e GARDENAL, 2016)

Na cidade de Centenário do Sul o faturamento relatado na enciclopédia dos municípios (IBGE, 1959), que tem como base o VI recenseamento, atribui ao município o faturamento de Cr\$ 182.000.000,00 através de seus 15 milhões e 500 mil pés, Porecatu apresentava a cifra de Cr\$ 49.200.000,000 arrecadados com o café, Jaguapitã não possuía informações a respeito de valores, porém consta que o grão era o principal produto cultivado em seus campos. Por isso, é imprescindível que ao se falar sobre as cidades que estão na região norte do Paraná seja compreendida a magnitude da qual é representada pelo cultivo do café. Uma vez que sua produção modificou e reordenou toda uma significativa porção do território paranaense.

Porém, como apontado por Eduardo (2012), o café já vinha sofrendo com a queda de seu valor no mercado internacional nos anos de 1960, com o retrocesso sofrido pelo café muito devido à grande produção e a baixa demanda internacional, o governo federal passa a diminuir os incentivos para o produto e passa a estimular a produção das oleaginosas. Ponto significativo neste acontecimento se distingue pelas características de produção do café e das plantações de soja, que no caso compreende a oleaginosa mais cultivada no mundo. O trabalho intensivo foi muito presente nas produções cafeeiras, na qual a necessidade da mão-de-obra era elevada, empregando diversas famílias que estavam ligadas ao cultivo do grão. Em contrapartida, as grandes lavouras de soja não dependem de grande número de trabalhadores, uma vez que a maior parte de seu cultivo é controlada por maquinário. Começa a se desenhar o que entendemos por êxodo rural, e a procura de pessoas que estavam ligadas ao campo para o ambiente citadino. Este êxodo evidentemente não ocorreu repentinamente, como relatado isto se deu por meio de um processo de perda de valor de uma *commodity*, e o investimento em um novo segmento da agricultura, compreendendo entre os anos de 1960 e 1970. Ainda é preciso lembrar que, paralelamente ao aumento do cultivo da soja, em detrimento da queda do café, foram aumentadas as pastagens destinadas à pecuária.

Os campos da região seriam mais uma vez impactados pelo mercado internacional por volta dos anos de 1973 quando a OPEP chega à decisão pelo aumento do preço do barril de petróleo de US\$ 2 para US\$ 11, o que gerou grande problema para o Brasil que até o presente momento figurava enquanto grande importador de petróleo. Com o aumento, foi pensada em uma maneira de diminuir os

impactos do aumento, e em 1975 foi criado o Proálcool, que visava a substituição de derivados de petróleo para o uso do álcool. (PACZYK, 2009)

Consequentemente, com o incentivo do governo para o uso do álcool, o projeto compreendia direta e indiretamente a totalidade da indústria brasileira, com maior impacto na indústria automobilística que passou a fabricar carros agora movidos a etanol, isso junto ao aumento das lavouras de cana-de-açúcar em grande parte do território brasileiro. Na cidade de Porecatu, anos décadas antes da implementação do próalcool, já existia o cultivo da cana-de-açúcar, devido a presença da usina da família Lunardelli, que na época já figurou como a maior usina de cana-de-açúcar da América Latina, necessitava de abastecimento e contava com a produção existente no município.

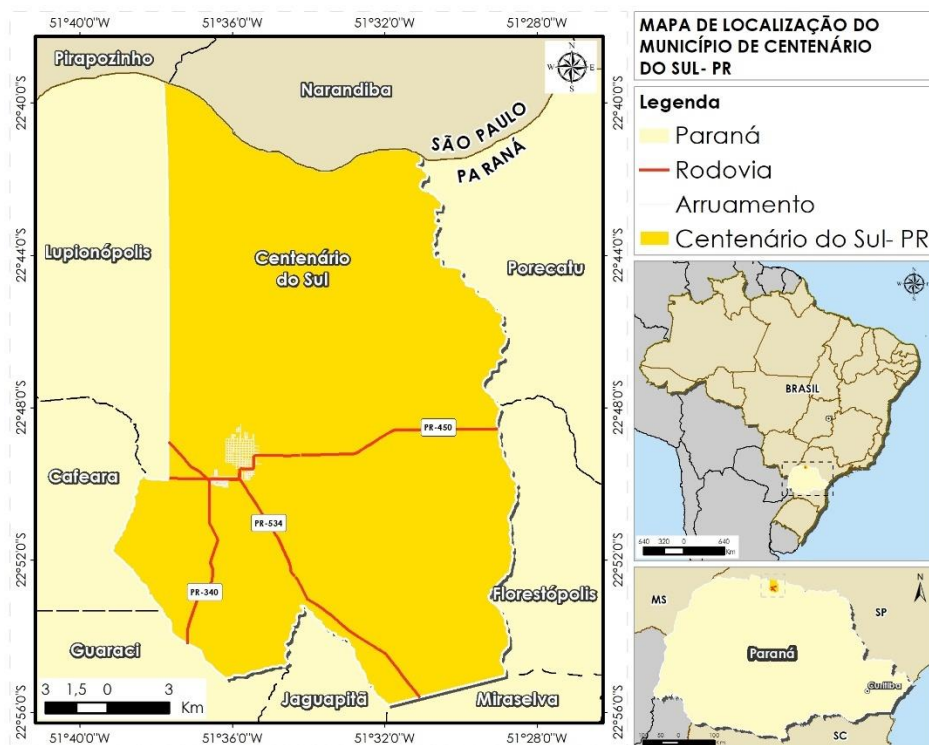
Desta forma, pode se analisar a região por meio de importantes produtos agrícolas que marcaram a história do lugar. O café, que sem dúvidas surge enquanto pioneiro e que devido sua presença proporcionou, sem intencionalidade, condições para o surgimento de outras culturas na região, que em seguida foi dominado pela soja, conviveu com a ascensão da cana-de-açúcar que se desenvolveu e figura até os dias atuais nos campos destes municípios.

Para explorar as cidades das quais estão propostas nesta discussão, foi feito o esforço de pesquisa para descrever e possibilitar a correlação dos estudos acerca das cidades pequenas e elevar a discussão permeando pela teoria do circuito superior da economia urbana das cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu.

### **3.1 Centenário do Sul: a questão agrária e a pouca diversificação comercial**

Centenário do Sul possui população estimada em 10.827 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE para o ano de 2020. Seu território é de 371.834 quilômetros quadrados, portanto, com a densidade demográfica de 29,1 habitantes por quilômetro quadrado. O principal indicador social, o IDH da cidade, encontra-se em 0,668, que é baixo em relação à média brasileira.

Figura 6 Localização e área do município de Centenário do Sul-Pr.



Organização: o próprio autor.

Centenário do Sul faz limite com mais outros cinco municípios, como pode ser observado no mapa referido na figura 6. Estando a aproximadamente 70 quilômetros da capital regional, Londrina, o principal destino para diversas necessidades dos habitantes locais, necessidades essas que vão de compras de vestuário a atendimentos de saúde de baixa e alta complexidade.

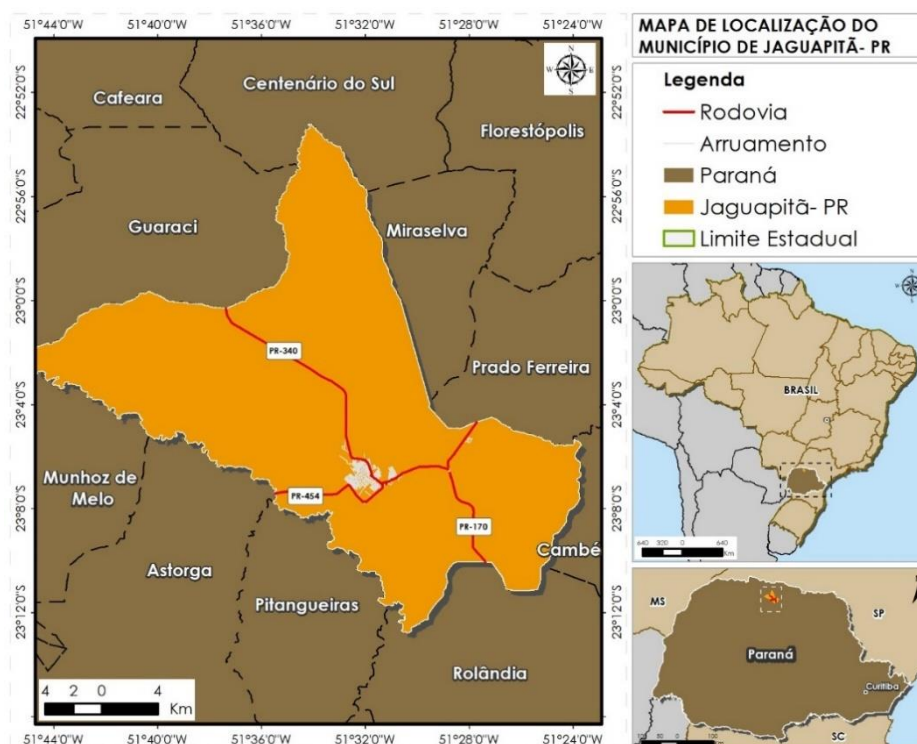
Em um breve diagnóstico da cidade, nota-se que seu território não possui indústrias de grande porte ou até mesmo empresas que sejam responsáveis por gerar elevado contingente de empregos. O setor têxtil se apresenta como o principal concentrador de empregos junto ao setor de serviços, com cerca de duas unidades em seu território. Como descrito por Matos (2009) tal setor, em especial o aqui descrito pelo termo facções de costura, e recebem essa definição por serem oficinas subcontratadas pelas indústrias de confecção denominadas pelo termo antes posto, na cidade operam em pequenas instalações ou até mesmo em por terceiros que trabalham de suas próprias casas sem que haja vínculo empregatício. As características apresentadas por este setor, como a intensa mão de obra utilizada, não vinculação do trabalhador com a empresa e situações de subcontratação, fazem com que as facções de costura estejam no que se entende pelo circuito inferior da economia urbana.

Pode-se encontrar em seu território agências bancárias variadas, junto às cooperativas de crédito rural, essas que se instalam devido à presença de um desenvolvido setor do agronegócio, onde na pecuária se destaca a criação de gado junto a produção de cana-de-açúcar que vem ganhando cada vez mais espaço, não somente no território do município, mas também em nível regional, no caso de Centenário do Sul, advém da influência das usinas de cana-de-açúcar localizadas nos municípios próximos, do município vizinho de Florestópolis, que está localizado a cerca de 35 quilômetros, e que se manifesta regionalmente enquanto um dos principais vetores de emprego da região. Outra indústria do setor sucroenergético está no território de Santo Inácio, aproximadamente 26 quilômetros de distância de Centenário do Sul, capitalizando grande quantidade de empregos.

### **3.2 Jaguapitã: O avanço econômico na pequena cidade**

Jaguapitã é uma cidade pequena localizada no norte do estado do Paraná. Outro aspecto importante de sua localização é estar na região metropolitana de Londrina, que possui uma rede bem articulada com cidades próximas. Possui cerca de 13.740 mil habitantes, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na qual foi projetado o aumento da população em relação ao último IBGE (2010) que marcou 12.225 mil habitantes, um aumento de mais de 1.500 habitantes. Este aumento representa muito em uma cidade do porte de Jaguapitã, principalmente o aumento da área urbana em função da criação de mais moradias. Tal significativo aumento chama atenção para o que possa ser o causador deste fenômeno.

Figura 7: Localização e área do município de Jaguapitã-Pr



Organização: o próprio autor.

Jaguapitã que está evidenciada no mapa, caracteriza-se como cidade pequena tendo em vista que, em meio aos estudos que compreendem as cidades pequenas, contempladas anteriormente explicitaram a quais critérios são adotados para este conceito seja utilizado.

Com apoio dos registros dispostos em IBGE (1959), nota-se que a população se dividia quase que igualmente entre urbana e rural, isso em meados dos anos de 1950, próximo a elevação de Jaguapitã a município, onde o urbano contava com aproximadamente 17 mil habitantes e o rural 15 mil. Cabe ressaltar que nesta população rural estavam compreendidos os distritos de Colorado e Guaraci, que viriam a se tornar municípios posteriormente. Atualmente, a cidade conta com cerca de 13 mil habitantes, segundo a estimativa para a demografia do ano de 2020, tendo em vista que o censo que era para ter sido realizado está em atraso, projeta o aumento da população da cidade.

Ainda de acordo com IBGE (1959), a economia da cidade, em seus primórdios, tinha como principal produto o café, seguindo com o milho, algodão, feijão e arroz. Acompanhando a mudança de grande parte dos agricultores, o café perdeu espaço, junto do algodão, feijão e arroz, que já não apresentavam margem de lucro significativa, e com o passar dos anos cedeu espaço para a cana-de-açúcar, soja, pecuária e a outros setores do agronegócio que estão ligados a criação de frangos,

em função da presença das indústrias do setor avícola, que demandam grande produção.

Atualmente, a cidade, apesar de pequena, apresenta grande desenvolvimento industrial, e tal desenvolvimento se atribui ao setor avícola, principal motor da localidade, que conta dois frigoríficos de grande porte. Uma dessas empresas surgiu no início dos anos 1990 e impulsiona os investimentos no setor industrial da cidade e no campo que viria a necessitar da criação de frangos em larga escala, e toda movimentação dessa empresa foi responsável por impulsionar a economia não somente da cidade em que está instalada, mas das cidades vizinhas. É importante destacar a trajetória do setor industrial de Jaguapitã, que em 2007 teve a criação da segunda indústria do setor avícola, concretizando a cidade como polo regional de empregos e serviços. O impacto dessas empresas do setor avícola pode ser vislumbrado nos números de empregos, de acordo com a RAIS (BRASIL, 2019), que em comparação com as outras cidades, pode se notar a discrepância na quantidade de empregos criados.

Quadro 2 - Número de empregos e estabelecimentos nas cidades do recorte.

	Centenário do Sul	Jaguapitã	Porecatu
<b>Estabelecimentos (RAIS)</b>	227	405	267
<b>Empregos (RAIS)</b>	1.262	6.610	2.220

Fonte: BRASIL, 2019.

Entende-se que todos esses empregos não estão somente nas indústrias do setor avícola, porém, é factível que a presença de grandes empresas, justamente estas que dependem de grande quantidade de mão de obra, gere uma série de outros serviços no local, como é o caso da presença de um grande número de agências bancárias (quatro bancos e três cooperativas de crédito) em uma cidade pequena. Os impactos na economia não se limitam ao setor bancário, que é consequência do avanço comercial e industrial da cidade, onde é possível observar o número de supermercados e, mais recentemente a inserção de um mercado do setor



atacadista no centro, algo que não é comum em cidades desse porte, este fato evidencia o impacto regional exercido, tendo em vista que o estabelecimento comercial de mesmo porte só se localiza em cidades maiores, e as cidades vizinhas, em sua maioria, são menores que Jaguapitã

Contribuindo para o setor industrial de Jaguapitã, se dá pela presença das fábricas de mesas de bilhar, este setor já atingiu tamanho destaque, que atribuiu a cidade a alcunha de “capital do bilhar”, muito em virtude da presença de mais de 40 fabriquetas destes itens. Adicionando mais um aspecto importante para economia urbana. Essa atividade econômica gera fluxos para diversos lugares do país, fabricantes de Jaguapitã possuem clientes nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, em conformidade com os estudos de Veiga (2012).

Além das implicações regionais, uma das empresas possui influência do capital internacional, pois exporta seu produto para países do Oriente Médio e, devido a religião seguida pelos países, os produtos exportados precisam de um corte especial do qual a empresa teve de se especializar. Outro aspecto global presente na cidade é a presença de haitianos e senegaleses buscando trabalho nas empresas do setor avícola, o que demonstra o impacto causado pela empresa e pelo próprio setor industrial da cidade, que influencia para além de seu território.

Dessa forma, a identificação do principal vetor de crescimento da cidade possibilita a compreensão da atual posição de Jaguapitã no cenário regional, em que, de acordo com a teoria de Christaller (1966), estaria exercendo a função de lugar central frente as cidades locais e até cidades pequenas de seu entorno, devido a presença do setor industrial avícola, que com seu avanço levou outras frentes de desenvolvimento como, o surgimento de diversos bancos e cooperativas de crédito rural que têm ligação direta com os produtores rurais e os criadores de frango da região, também o surgimento de empresas que prestam serviços para essas indústrias do setor avícola, como fábrica de ração para granjas, casas agropecuárias e, com isso locais para a compra de bens de consumo o que atua como atrativo para que pessoas de outras cidades do entorno procurem os serviços existentes em Jaguapitã. O índice de atração, que é medido pela quantidade de pessoas que procuram determinada cidade para compras de produtos básicos e produtos com maior valor agregado, e é disponibilizado pelo estudo da Região de Influência das

Cidades – REGIC (IBGE, 2019), mostra a influência que Jaguapitã exerce frente as cidades de seu entorno.

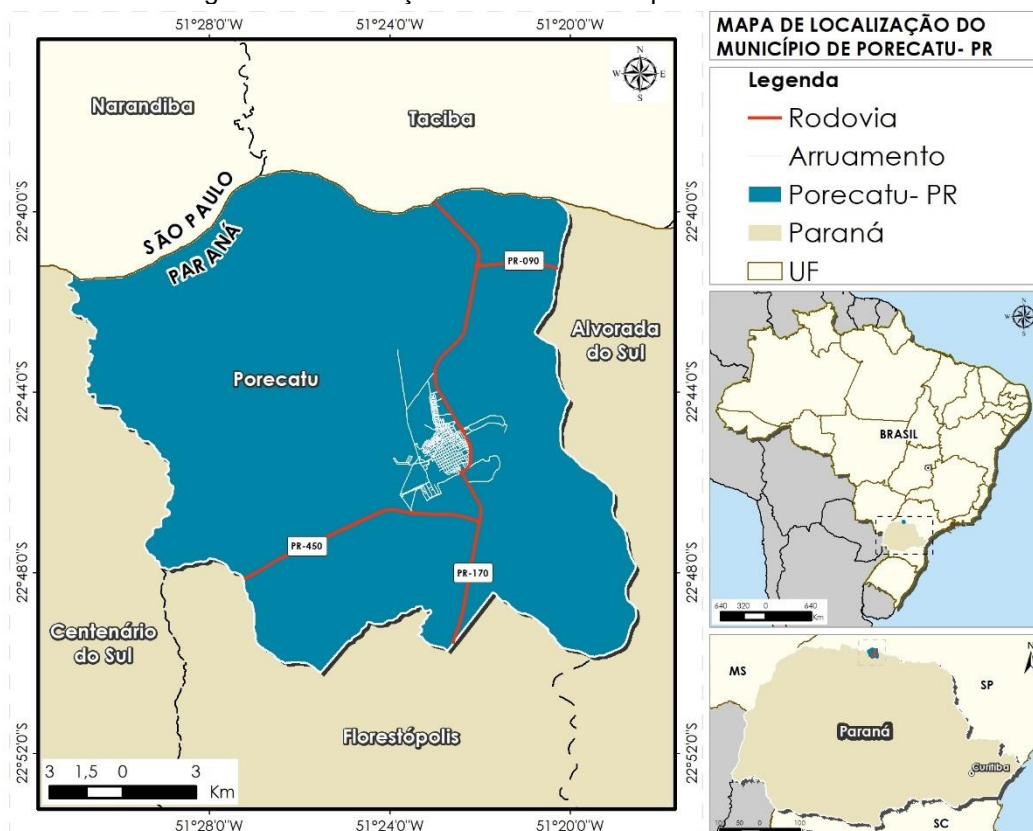
Diante dos dados, é fato de que a cidade de Jaguapitã, uma cidade pequena, acaba por exercer o papel de polo de empregos e serviços para as cidades locais e pequenas que estão em seu entorno, uma vez que as empresas do setor avícola empregam pessoas de 17 cidades diferentes, inclusive imigrantes que vieram em função dos empregos oferecidos. Exacerbando a complexidade das relações existentes na cidade que direcionam os fluxos em direção a cidade provocando alterações no seu território.

### **3.3 Porecatu: A questão agrária e a indústria de cana-de-açúcar**

Afim de compreender a realidade da cidade de Porecatu, é preciso traçar um paralelo com sua fundação, em que para a compreensão do circuito superior da economia urbana, resultando nas problemáticas envoltas a questão agrária presente no município.

Porecatu está localizada na divisa entre os estados do Paraná e São Paulo, nas margens do rio Paranapanema. Chama a atenção o fato de que a população estimada da cidade no ano de 2020 seja de aproximadamente 12.748 habitantes, 1.441 pessoas a menos em relação ao censo anterior (2010) que anotava 14.189 habitantes. O índice de desenvolvimento humano, principal indicador social, é de 0,738 (IBGE, 2010) que é mais alto que a média nacional. Para que seja compreendida a situação econômica da qual a cidade se encontra, é preciso que alguns outros pontos sejam compreendidos, um destes são as disputas pela terra existentes ao longo de seu território, que vão ao encontro com o funcionamento de uma usina do setor sucroalcooleiro que já foi o maior vetor de empregos da região.

Figura 8 - Localização e área do município de Porecatu-Pr



Organização: o próprio autor.

Para compreender a realidade atual é preciso remontar ao passado e compreender como foi forjada a estrutura fundiária de Porecatu, cidade que figura no mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, em que a população atingida pelos conflitos ali existentes são: posseiros, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores rurais sem-terra e, principalmente, trabalhadores em atividades insalubres. Outro importante ponto da presença da localidade neste banco de dados que é o mapa de conflitos, é a questão que envolve a insegurança alimentar, piora na qualidade de vida, violência - ameaça, violência - assassinato, violência - coação física, violência - lesão corporal, que são os aspectos ligados aos danos à saúde.

E a figuração da cidade de Porecatu no Mapa de Conflitos se dá pelas ações do grupo que é dono da Usina Central do Paraná - UCP, que funcionava na cidade em questão e é dona de uma série de terras nos municípios do entorno. A usina de cana-de-açúcar é pertencente ao grupo desde 1970 quando adquirida junto à família Lunardelli, que estão ligados a origem da cidade, mas tem seu início nos

anos de 1945 e a malha urbana se desenvolveu próximo a estrutura da indústria. (BRANDAO, 2019)

Figura 9 – Vista da usina de açúcar do Paraná (UCP) e a mancha urbana da cidade de Porecatu.



Fonte: Grupo Atalla (2022).

A formação da paisagem agrária do norte do Paraná especialmente nas porções que compreendem o Norte Novo, que, como relatado na enciclopédia dos municípios, são cidades que surgiram a partir de um rápido processo de urbanização impulsionado pela alta do café e a procura de terras que fossem férteis para o plantio do grão, em meados dos anos de 1940, e a colonização foi marcada por intensos conflitos envolvendo a posse da terra. (SOUZA, 2008)

Com uma promessa de terra gratuita divulgada por Manoel Ribas para todo o Brasil, principalmente do Nordeste, foi fomentado para que estes colonos fizessem a derrubada da mata, plantassem, produzissem e pagassem impostos para então viver nestas terras. Consequentemente, essa promessa atraiu grandes proprietários de terras e pequenos lavradores, que chegaram até a área e fizeram uma ocupação desordenada, o ponto importante dessa fase, se dá pelo fato de que nem todas as terras eram devolutas e já haviam propriedades escrituradas, motivando o início do conflito. (SILVA, 2013)

Em contrapartida a divulgação de terras gratuitas por Ribas, o governo seguinte, de Moisés Lupion, fez doações indiscriminadas de terras em todo o norte paranaense, entre os beneficiados estavam políticos e amigos, não cumprindo as

promessas que o governo havia firmado de titulação de terras para quem estivesse nelas trabalhando há mais de 6 anos. (SILVA, 2013)

Em meio aos problemas gerados pela “doação” indiscriminada de terra, posse desordenada do território e ocupação de terras que já haviam propriedades escrituradas, a família Lunardelli, em 1945, chega ao norte paranaense e dá início ao plantio da cana-de-açúcar, inaugurando a Usina Central do Paraná.

Diante desse antagonismo de objetivos de classes instaurados no campo, os conflitos que se seguiram nesta porção do espaço agrário paranaense foram, em grande medida, decorrentes da diferença de significado que a terra possui para os camponeses (os posseiros), para o Estado e para os agentes imobiliários. (SOUZA, 2008)

De acordo com o autor supracitado, é possível identificar a existência de diferentes objetivos para o território ocupado por posseiros, agentes imobiliários e o próprio estado. Segundo estes objetivos, a terra é uma mera mercadoria para os agentes imobiliários, que só pode ser adquirida por meio de compra. Em oposição a esse pensamento, para os camponeses, a ocupação de terras ociosas é o único caminho para alcançar o sustento de suas famílias. (SOUZA, 2008)

No ano de 1947, Porecatu foi elevado à categoria de município pela Lei nº 2 de outubro, esta lei foi responsável pela elevação de vários territórios, até então patrimônios, ao nível de município.

Posteriormente, em 1951, foram feitas tentativas de negociação com os posseiros, nas quais não houve sucesso, o que culminou no Cerco de Porecatu, em que, a mando do governador, as polícias de Paraná e de São Paulo se uniram à força aérea e ao batalhão da fronteira de Foz do Iguaçu para expulsar os posseiros que ali estavam, garantindo os interesses do capital, sobretudo da família Lunardelli. (SILVA, 2013)

Os problemas atuais vivenciados por aqueles que lutam pela terra no município de Porecatu, como foi visto a partir de dados históricos, remetem aos tempos desde a fundação da cidade, quando ainda era denominada Brasília. O loteamento encabeçado por agentes imobiliários, o Estado e, principalmente os Lunardelli, privilegiaram as grandes propriedades, focando na cultura de exportação, como a cana-de-açúcar e o café. Souza (2008), demonstra que a concentração fundiária é um problema antigo do cenário agrário de Porecatu.

A concentração fundiária da localidade que remonta aos primórdios da formação do espaço agrário municipal, em 1950 Porecatu possuía apenas 127 propriedades, que juntas, ocupavam uma área de 79.223 hectares, o que corresponde à média de 624 hectares cada (IBGE, 1959).

A luta pela terra existente na porção oeste da região metropolitana de Londrina possui relação com o avanço das lavouras de cana-de-açúcar. Nos anos de 1970, os Lunardelli vendem a UCP e as terras que ficavam em seu entorno para um grupo advindo do interior paulista e que já possuía em seu rol de negócios trabalhos com Usinas de cana-de-açúcar no interior paulista, além de negócios com petróleo. E impulsionados pelo projeto Proálcool, inicia a transição das lavouras de café para a cana-de-açúcar, transformando as paisagens não só do norte do Paraná, como também do oeste paulista e outras áreas do Brasil.

Parar introduzir a discussão a respeito dos conflitos atuais existentes em Porecatu, é preciso observar a trajetória do acampamento Herdeiros da Luta, como nos explica Barbosa (2019):

A história do Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu nasce ligada à disputa local pela terra. As irregularidades das terras do município, hoje em sua maioria de poder do Grupo Atalla, tornaram-se públicas no ano de 2008, quando a Polícia Federal junto ao Ministério Público do Trabalho, realizaram vistorias nas fazendas que são propriedades da UCP, pertencente ao grupo Atalla. Esta ação ocorreu após algumas denúncias de maus tratos e péssimas condições de trabalhos que os funcionários viriam sofrendo pela empresa. (BARBOSA, 2019, p. 14)

A usina do grupo Atalla já teve funcionários resgatados de suas instalações análogas à escravidão, além de dívidas trabalhistas que chegam à casa dos 150 milhões de reais, 11 mil hectares caracterizados pelo INCRA como improdutivos, junto a R\$ 500 milhões em dívidas fiscais, que foram apuradas pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Paraná. (LEHRER; FORIGO, 2019)

Apesar da presença da UCP, a cidade apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,738 segundo IBGE (2010), do estado. Isso reflete o fracasso do modelo capitalista da terra e mostra se enquanto resultado de uma política fundiária adotada nos primórdios da fundação da cidade.

Em consequência de todos os crimes do Grupo Atalla, principalmente as situações de trabalho análogo a escravidão (LEHRER; FORIGO, 2019), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), amparados pela lei 4.504/64,

no ano de 2008 se juntam para ocupar a Fazenda Variante, da qual pertencia ao grupo ligado a usina.

Mesmo diante de todos esses acontecimentos envolvendo grupos empresariais que atuam contra o trabalhador na cidade de Porecatu, contra o camponês, e a favor do capital, dos valores individuais acima do bem comum, promovendo a socialização dos problemas e a individualização dos lucros, a opinião pública tende a criminalizar os movimentos de luta pela terra.

O *modus-operandi* dos agentes que dominam os meios de produção, sobretudo os grandes detentores de terras, junto aos criminosos da terra, se caracterizam pela utilização da propaganda. Mas não aquela propaganda estadunidense dos filmes e séries baseados no *american way of life*. Tudo é feito da maneira mais antiga, através de conversas informais entre os cidadãos, discursos por ali que terceiros não estão contribuindo aqui, indícios de violência por parte de ocupantes dos movimentos sociais, a simples menção ao fantasma do comunismo. É obtida a propaganda necessária para que trabalhadores comecem a defender os interesses de criminosos da terra. Evidente que os meios formais de divulgação de notícias surgem hora ou outra como fonte confiável. Sem muito cuidado com as fontes, financeiros, e os interesses das páginas nas quais as matérias estão alojadas.

A campanha permanente de criminalização da luta pela terra e de invisibilização das transformações promovidas pela justiça fundiária induz amplos setores da sociedade a condenarem a reforma agrária e os sujeitos que, por meio da luta, têm conseguido fazer valer os princípios constitucionais que a legitimam. (ROOS, PAULINO, SOARES e MONTENEGRO, 2020, p. 179)

O papel da imprensa na manutenção do desconhecimento a respeito da luta pela terra tem sido um fator importante desde o início da ocupação do MST na fazenda antes pertencente ao grupo Atalla, por conta da ocultação por parte de algumas notícias de todo o ocorrido com trabalho análogo a escravidão, e problemas com a justiça trabalhista. Muito disso se dá pela geração de emprego da qual a empresa proporcionava com a usina em funcionamento. É fato que a cidade de Porecatu tem expectativa de decréscimo populacional segundo a estimativa feita pelo IBGE tendo como base o censo de 2010, como pode ser observado na tabela.

<b>Censo 2010</b>	14.189
<b>Estimativa 2020</b>	12.748
<b>Variação</b>	1.441

Fonte: IBGE, 2020.

A mídia possui papel fundamental na manutenção do pensamento hegemônico, seja com notícias em jornais, propagandas ou até mesmo em simples palavras que são utilizadas para se referir a um ato, como, por exemplo, o ocorrido com as ocupações do MST, tidas como “invasões”, levando o leitor a compreender que um dos maiores valores capitalistas, que é a propriedade privada, está sendo violado.

Em virtude da dinâmica agrária da qual a cidade está inserida, outra categoria econômica presente em seu território se dá por conta da presença da represa Capivara, localizada no vale do rio Paranapanema. A represa no município fez com que surgissem condomínios e pousadas de veraneio as margens da mesma. Merece destaque o fato de que alguns desses empreendimentos localizados a margem da represa são de alto padrão, dos quais somente pessoas com elevado poder aquisitivo estão no local. A presença dos empreendimentos supracitados provoca o aumento do fluxo não só de pessoas, como também de dinheiro culminando no significativo impacto na economia.

Com a exposição das características das cidades, com prioridade nos detalhes voltados à economia, surgem dúvidas a respeito do funcionamento do circuito superior da economia urbana, de como ele pode atuar e quais as especificidades de cada uma das localidades aqui expostas, uma vez que é sabido que o circuito superior nas cidades pequenas possui características diferentes quando analisados em cidades de maior porte. Outra hipótese a ser teorizada, se dá por conta da predominância do circuito inferior da economia urbana nessas cidades pequenas, porém, como foi visto na análise das cidades, existem fatores que possam provar o contrário.



#### **4. A MANIFESTAÇÃO DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES PEQUENAS CENTENÁRIO DO SUL, JAGUAPITÃ E PORECATU**

A grande contribuição desta teoria é analisar como está estruturada a configuração espacial dos países subdesenvolvidos a partir da renda desigual que geram dois sistemas de fluxos econômicos, cada um sendo um subsistema global que a cidade em si representa. Neste sentido, torna-se mais coerente explicar e analisar o processo de urbanização e suas contradições inerentes ao modelo de sociedade capitalista, produzindo assim espaços desiguais como reflexo do seu conteúdo social.

Os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas apresentando-se interligados. (CORRÊA, 2005, p. 73)

Em conformidade com as palavras de Moreira Jr. (2014), o estudo da centralidade pode ser observado nas análises das redes e também na utilização dos dois circuitos da economia urbana. O que pode ser observado ao longo da execução desta pesquisa é que os estudos sobre as redes servem de indispensável apoio para a aplicação da análise sob a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Neste sentido, Cardoso e Santos (2012) dissertam a respeito da dificuldade existente para se classificar uma cidade na região em que ela se encontra.

A tentativa de classificar uma cidade quanto a sua posição na rede urbana torna-se uma tarefa complexa, uma vez que estes vários aspectos precisam ser levados em conta; e estes se circunscrevem desde o ponto de vista social, passando pelas dimensões políticas até a questão geográfica. (CARDOSO; SANTOS, 2012)

Para a aplicação da teoria é preciso que se utilize da realidade do recorte utilizado e seja encaixada, nas devidas proporções, a presença do circuito superior e inferior, embora se tenha em mente que a presença do circuito inferior nas cidades pequenas é predominante.

Com a utilização da teoria, é possível que se correlacione a diminuição do emprego formal no presente momento em razão de decisões políticas e qual o impacto e se reflete impacto na realidade local das cidades analisadas. Impacto que é visto com a terceirização nas cidades com a presença das facções de costura e a facilidade com que os funcionários são desligados e trocados das empresas.

No caso do recorte analisado (Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu) – lembrando que estas possuem características semelhantes, embora estejam no mesmo patamar populacional – Jaguapitã se destaca no exercício da centralidade sob as cidades vizinhas porque a centralidade da cidade de Jaguapitã, sob as demais cidades do entorno, tem seu foco na geração de empregos. Portanto, não impacta na centralidade de Londrina, sede da região metropolitana, tendo em vista que a fonte das relações da cidade está ligada ao setor de serviços, como mostrado ao longo do primeiro capítulo desta pesquisa. Assim, Jaguapitã atua enquanto subcentro da região metropolitana na qual Londrina se manifesta como a capital regional.

A maior influência regional de uma cidade sobre outra pode estar atrelada à presença mais intensa do circuito superior em seu território. Circuito superior que se caracteriza pela presença de capital moderno, marcado pela fluidez do mercado que passa por financiamento com grandes instituições financeiras e do governo. Outra característica marcante para o circuito superior, se dá ao lucro pela quantidade de mercadorias vendidas. (SANTOS, SILVA e SILVA, 2021)

Em contraponto ao circuito superior, que se manifesta com maior intensidade nas cidades pequenas, está atrelado as atividades de sobrevivência da camada pobre da população, que está relacionada à margem do capital “regular” ou, mais precisamente, associada as atividades informais, na qual as pessoas vivem dos pequenos bicos e/ou produz e comercializa para sua sobrevivência. (SANTOS, SILVA e SILVA, 2021) (SANTOS, 1979)

A análise mais profunda das empresas do setor avícola motivou a utilização da teoria dos circuitos da economia urbana para melhor compreender os fluxos internos e externos ligados a cidade.

O sul do Brasil é o maior produtor de frango do país, com destaque para o Paraná que possui cerca de 35% do abate nacional, e mais de 40% da exportação do país. Dentre os números podem ser destacados alguns pontos, como no quadro que exhibe as empresas que mais exportam em todo o Brasil. Figuras no ranking duas empresas que atuam na cidade de Jaguapitã, JBS e Jagafrangos. A primeira faz parte de um grande conglomerado de indústrias do setor alimentício, atuando em diversas áreas com plantas industriais dispersas em vários estados do país. A segunda é uma empresa de capital local, que surgiu em Jaguapitã, e opera todas as etapas de seu processo produtivo na fábrica da cidade. É notório, portanto,

que a empresa tenha atingido influência nacional e internacional, que pode ser observada através do ranking das empresas que mais exportaram frango no ano de 2014. (TREMEA e SILVA, 2020)

É necessário destacar que, de acordo com Barros (2021), em cada tipo de produção será exigido um determinado arranjo que garanta a sua viabilidade, no qual esse movimento irá exigir a transformação ou adaptar-se às necessidades que lhes são impostas.

Outro aspecto importante para a compreensão do setor avícola da cidade enquanto parte do circuito superior se dá pela identificação por meio das características que enquadram as atividades enquanto pertencentes ao circuito superior da economia urbana, como pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4 – Características do setor avícola em comparação aos dois circuitos da economia urbana.  
Fonte: Santos (1979)

<b>Características</b>	<b>Circuito superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>	<b>Indústrias do setor avícola.</b>
<b>Organização</b>	Burocrática	Primitiva	Burocrática
<b>Capitais</b>	Importantes	Reduzidos	Importantes
<b>Emprego</b>	Reduzido	Volumoso	Volumoso (em turnos)
<b>Assalariado</b>	Dominante	Não obrigatório	Dominante
<b>Estoques</b>	Grandes quantidades	Pequenas quantidades	Grandes quantidades
<b>Crédito</b>	Bancário institucional	Pessoal não-institucional	Bancário
<b>Publicidade</b>	Importante	Reduzida ou nula	Importante
<b>Ajuda governamental</b>	Importante	Reduzida ou nula	-

Em conformidade com Santos (1979) uma das prerrogativas para se considerar uma empresa parte do circuito superior da economia urbana está ligado à sua relação com o mercado global. Portanto, no quadro 4 é possível identificarmos a relevância das relações estabelecidas pela empresa Jaguafrangos, que possui uma única planta industrial. No entanto, não é possível estabelecermos a mesma conexão com a outra empresa vinculada à JBS, justamente por esta fazer parte de um grande grupo de várias outras unidades industriais que operam em diversos estados do Brasil. De modo que os quadros 3 e 4 se complementam a medida em que a interação das

empresas de Jaguapitã com o mercado internacional é um indicativo de maior movimentação de capital por parte do setor.

Quadro 5 – Ranking das empresas brasileiras exportadoras de frango - 2015

Ranking das Empresas	
1º Brasil Foods (BRF)	11º COOPAVEL
<b>2º JBS</b>	12º ZANCHETTA ALIMENTOS
3º AURORA ALIMENTOS	13º COASUL AGROINDUSTRIAL
4º COPACOL	14º IRMÃOS DALLA COSTA
5º C. VALE	15º COPAGRIL
6º COOP. AGROINDUSTRIAL LAR	<b>16º JAGUAFRANGOS</b>
7º GT FOODS	17º SÃO SALVADOR ALIMENTOS
8º VIBRA	18º AVERAMA ALIMENTOS
9º GLOBOAVES	19º LANGUIRU
10º BELLO ALIMENTOS	20º NOGUEIRA RIVELLI

Fonte: TREMEA; SILVA (2020).

Os fluxos intermunicipais gerados pelo movimento pendular caracterizado pela ida regular de pessoas até seus empregos localizados na cidade de Jaguapitã são, em sua maioria, originados pelas indústrias do setor avícola. Fluxos estes que já foram liderados por outro setor industrial da cidade que já teve seu ápice, que corresponde às fábricas de mesas de bilhar, que, inclusive, fez de Jaguapitã a capital do bilhar. Porém, com o avanço das agroindústrias, as fábricas de bilhar perderam a visibilidade em função do alto desenvolvimento do setor avícola.

Jaguapitã é reconhecida regionalmente por ser um polo de empregos e devido as grandes indústrias presentes em seu território e as grandes geradoras são aquelas ligadas ao setor avícola, direta ou indiretamente. Diretamente são referidas as empresas como Jaguafrangos, JBS e suas fábricas de ração. Já as relações indiretas dizem respeito àquelas que se utilizam de partes não nobres do frango, como vísceras e miúdos, adquiridos pela fábrica de ração para cães e gatos, e a necessidade de matéria-prima advinda do frango justificaria a localização estratégica da unidade na cidade em questão.

Além dos fluxos intermunicipais analisados nas empresas de Jaguapitã, observa-se o impacto a nível internacional causado pelo avanço econômico

da cidade com a presença de cidadãos advindos de países da América Central, como o Haiti e de países africanos, como o Senegal. Um dos principais destinos das exportações de frango das empresas da cidade são os países do Oriente Médio que possuem como sua principal religião o islamismo e, conseqüentemente, os muçulmanos não consomem alimentos que não sejam produzidos pelos preceitos Halal, uma forma de abate que segue os ensinamentos dispostos no Alcorão.

Diante deste cenário de crescimento de mercado, grandes empresas adaptaram suas plantas frigoríficas a fim de atender o mercado Halal e dentre as normas exigidas estão: a mão de obra que faz a sangria dos animais deve ser exclusivamente muçulmana; respeitar todos os critérios religiosos dos funcionários muçulmanos que inclui rezas e o calendário Ramadan (mês de jejum); os animais devem ser sadios e livres de doenças infectocontagiosas; e um dos principais fatores, a utilização de mecanismo de atordoamento que provoque a insensibilização do animal para que o mesmo não sinta dor, porém não morra durante esta etapa do abate. (ALMEIDA, 2020, p. 6)

A especificidade presente na produção Halal promove o surgimento de novas relações e necessidades dentro das empresas, como a presença de pessoal capacitado para realizar as técnicas, em alguns casos, o país comprador envia representantes para que seja realizada a inspeção do processo produtivo e capacitação dos profissionais do setor. Cabe ressaltar que o processo se estende até o momento em que os contêineres são postos nos navios, passando por última benção antes do envio dos produtos. Toda a movimentação causada por influência do mercado internacional é notada no processo de produção e comércio com outros países, e também a vinda de imigrantes dada a visibilidade

São postas em evidência as duas indústrias do setor avícola por sua alta taxa de empregabilidade, em que estas são responsáveis por mais da metade dos empregos formais gerados em toda a cidade, o que em números supera os quatro mil empregos. Mas, além da contribuição com o fluxo de empregos, as indústrias também são responsáveis pelo avanço da mancha urbana em direção as suas instalações, alterando o meio construído da cidade de maneira direta.

Figura 10 – Localização das maiores indústrias da cidade de Jaguapitã-Pr.



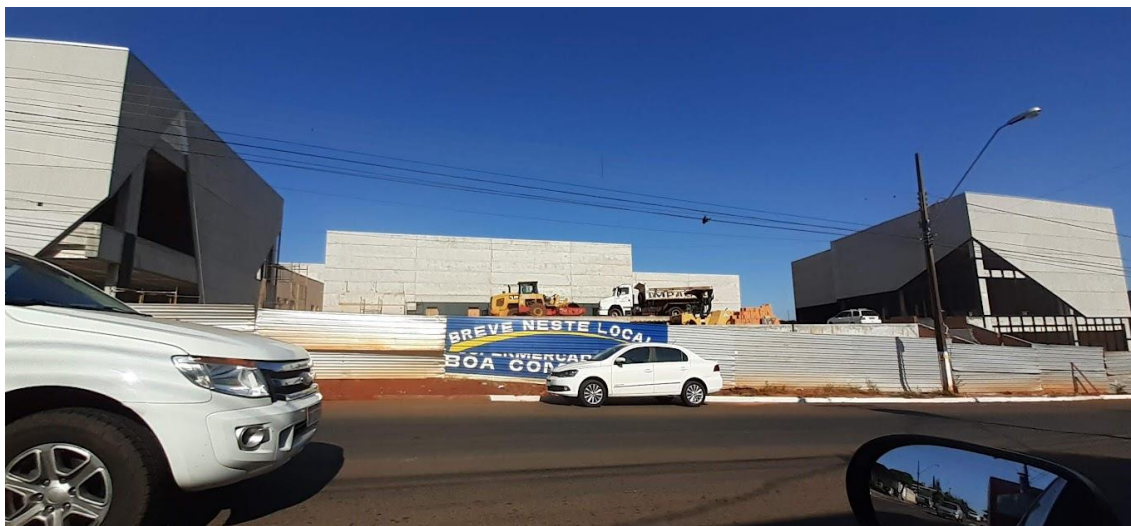
Fonte: o autor, 2021.

Outra empresa localizada na cidade compreende a uma fábrica que produz heparina, um anticoagulante usado em procedimentos hospitalares, e a Condroitina, componente para medicamentos. Além de atuar na área biomédica, a empresa também trabalha no setor da nutrição animal, onde em informações dispostas em seu *website* é justificada a presença na cidade em virtude da produtividade agropecuária da região.

Característica integradora das indústrias agropecuárias localizadas em Jaguapitã proporciona o desenvolvimento de outras áreas que estão interligadas à cadeia produtiva do frango. Elevando outros setores da economia urbana. O modelo de indústria adotado pelas empresas localizadas em Jaguapitã seguem a prática desenvolvida no estado de Santa Catarina, que mantém um contrato de parceria com os produtores, um formato que é similar ao implementado nos EUA e principais produtores. (TREMEA e SILVA 2020)

Um importante traço da presença do circuito superior da economia urbana se dá pela construção de um mercado do setor atacadista localizado no centro da cidade, como registrado pela figura 11.

Figura 11 – Empreendimento de grande porte em construção na cidade de Jaguapitã-PR.



Fonte: o autor, 2022.

A escolha para se instalar em uma cidade pequena é um indicativo de que traduz a relevância econômica da localidade, haja vista os fluxos de pessoas e capital registrado no território de Jaguapitã que certamente foram decisivos para sua instalação.

O volume de negócios gerados pelo setor atacadista se enquadra enquanto principal aspecto da sua participação no circuito superior da economia. Porém, outros aspectos possuídos por esse setor podem corresponder ao circuito inferior, o que é característica daqueles entendidos enquanto integrantes do circuito superior marginal e aqueles dos quais permeiam entre as atividades correspondentes aos dois setores, como explica Xavier e Castillo (2011):

Os atacadistas e os transportadores correspondem às atividades de tipo *misto*, por manterem laços funcionais com os dois circuitos da economia. Conforme essa perspectiva o atacado está no topo da cadeia decrescente de intermediários, sendo ao mesmo tempo um elemento do circuito superior e o cume do circuito inferior. (XAVIER; CASTILLO, 2011, p. 7)

Dessa maneira, é observado que a presença dos atacadistas impulsiona o desenvolvimento de outro setor que estaria relacionado com as atividades mistas, como o caso das transportadoras, que passam a desempenhar papel fundamental no fluxo de pessoas e produtos para a cidade. Complementando o pensamento de Xavier e Castillo (2011, Barros (2021, p. 6) “É preciso reconhecer o importante papel desempenhado pelos atacadistas, mas também pelos transportadores e atravessadores, como intermediadores entre os dois circuitos.” Toda a dinâmica criada através da interação entre os circuitos da economia, movimentados pela presença do comércio atacadista, contribuem para o



entendimento da própria teoria, na qual países considerados subdesenvolvidos, como explica SANTOS (1979) ressalta que o espaço urbano é composto não pelo isolamento dos circuitos, e sim pela interação existente entre os dois circuitos. (SANTOS, 1979) (SILVEIRA, 2009)

Para a compreensão da importante dimensão que se dá à construção de uma empresa do setor atacadista em uma cidade pequena é necessário destacar alguns detalhes, que estão na abrangência de outras áreas, mas são afetadas devido à sua presença.

O aprofundamento das diferenças regionais, que permite a cada ramo da atividade escolher onde se localizar a partir dos benefícios providos pelas condições locais, também obriga as trocas inter-regionais. Se antes era possível que as atividades de um setor ficassem confinadas a um espaço pequeno, hoje isso é pouco praticado, o que se estende a atividades divididas entre os circuitos. (BARROS, 2021, p. 6)

O desenvolvimento do setor avícola proporcionou condições necessárias para a instalação do estabelecimento da rede de mercados mencionada na figura 11, que irá intensificar ainda mais as interações inter-regionais manifestadas em Jaguapitã. Dessa forma, impacto gerado por mais uma empresa ligada ao circuito superior pode fazer com que a influência da cidade possa se elevar cada vez mais frente aos municípios vizinhos.

Diferentemente das cidades locais híbridas, para as metrópoles, mesmo com a intensificação do circuito inferior as formas de créditos via cartão de crédito, cheque e boleto bancário prevalecem, tornando o “fiado” quase inexistente. (ROMA, 2016)

Diante das análises feitas a partir das informações obtidas das cidades analisadas, é importante discutir a respeito de algumas mudanças das características do circuito superior. Pontos como o avanço da utilização das redes sociais como ferramenta de marketing, acesso a crédito e o aumento da influência das cooperativas de crédito proporcionando a camada mais pobre da população.

No caso do circuito inferior da economia é preciso entender que tais atividades, embora também de pequena expressão, pouco capitalizadas e voltadas para a população mais pobre, não são necessariamente sinônimo de “atividades informais” (ainda que os chamados informais das vezes integrem este circuito). Existem atividades simples de uma economia pobre que, no entanto, se inserem nos esquemas formais de organização. (COELHO e PEREIRA, 2011, p. 168)



Embora o setor avícola se mostre como grande potência na geração de empregos para a região com a presença de dois frigoríficos na região, é preciso pensar na qualidade dos empregos que são gerados nesses locais. Tendo em vista que durante o trabalho dentro dos frigoríficos, os trabalhadores estão expostos ao contato com serras, facas e outros instrumentos cortantes combinados com um ritmo elevado que conta com movimentos repetitivos junto a grande pressão para a produtividade podem ocasionar problemas de ordem psicológica. Outro fator que contribui para a queda na qualidade dos serviços ofertados por essas empresas é a exposição a locais com temperatura extremamente baixa que resultam no adoecimento dos trabalhadores. Os empregos ofertados nestes estabelecimentos não possuem a necessidade de escolaridade elevada, um reflexo da baixa remuneração do setor. Uma característica das atividades capitalistas dos países periféricos, que priorizam cada vez mais o acúmulo de capital em detrimento do suor do trabalhador.

Porecatu tem sua origem diretamente relacionada ao setor sucroenergético, em que a história da cidade se confunde com o surgimento da Usina Central do Paraná. Ao ser atribuída a devida proporção da realidade de uma cidade pequena, correlacionada à teoria de Santos (1979), as características econômicas manifestadas pela usina a enquadram na qualidade do circuito superior. Fatores como a alta produção da indústria, ajuda governamental, organização burocrática, a presença de capital advindo de um grande grupo empresarial ligado ao setor de produção de açúcar e derivados no interior paulista e, conseqüentemente, em virtude da quantidade de etapas do processo produtivo acarreta na necessidade de elevada de mão de obra, portanto, as usinas possuem intensa geração de empregos. Uma característica mais próxima ao circuito inferior que ao superior.

Apesar de manifestar aspectos que estejam ligados ao circuito inferior, como o caso da quantidade de empregos, a intervenção estatal por meio de programas como o Proálcool, criado no período da ditadura militar com objetivo de promover o desenvolvimento de técnicas e aperfeiçoamento dos insumos para a produção do álcool etílico, que seria combinado com a gasolina em uma tentativa de abaixar o preço dos combustíveis, dos quais apresentavam alta em razão da alta no valor do barril de petróleo que havia aumentado cerca de 438%. (ANDRADE, CARVALHO e SOUZA, 2009)

Além do Proálcool, iniciativa de nível nacional, também houveram políticas estaduais voltadas para expansão acelerada da economia, tais como a

intervenção do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, que segundo Magalhães Filho (1999), decorreu de um grande erro de avaliação do mercado mundial cometido pelos órgãos que decidiam sobre as políticas de fomento, em decorrência da busca da expansão acelerada da economia. Além da presença dos bancos de desenvolvimento, também foram obtidos créditos advindos de bancos estrangeiros.

Os programas como o Proálcool, as intervenções do BADEP e os capitais internacionais influenciaram diretamente na usina localizada na cidade de Porecatu, que teve sua capacidade produtiva ampliada junto à área de cultivo de cana-de-açúcar. Durante algumas décadas, entre 1950 aos anos 2000, a usina operou na cidade e contribuiu para que houvesse o aumento da área construída e colaborando para o desenvolvimento do circuito inferior da economia, que está antagonicamente ligado ao circuito superior, como exposto pelos autores:

No entanto se existe o circuito superior, há a necessidade de haver um circuito inferior, o qual é representado pela pequena produção ou comércio de pequeno porte, ausência de grandes estoques de mercadorias, busca pelo lucro diário e a sobrevivência. (SANTOS, SILVA e BEZERRA, 2020, p. 101)

Em consequência dos problemas supracitados com decisões estratégicas equivocadas aliadas a problemas com a justiça trabalhista por falta de pagamento de seus funcionários, desde o ano de 2008 a usina está desativada. O impacto do não funcionamento da empresa atingiu níveis locais e regionais tendo em vista o elevado volume de empregos diretos e indiretos gerados pela usina.

Paralelamente aos acontecimentos que envolviam os planos nacionais para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no país, por volta dos anos de 1975, em que nesse mesmo ano, estava sendo finalizada a construção da barragem da usina hidrelétrica de capivara, que após sua conclusão foi firmada o maior reservatório da bacia do Paranapanema do qual foram alagados 64.000 hectares de terras férteis, sendo 40.307,09 hectares compreendendo o Estado do Paraná, da qual, parte da área alagada se estende entre os municípios de Porecatu a Taciba, no Estado de São Paulo. (ARRUDA, 2013)

A criação da barragem proporcionou as condições para que anos após a sua concretização viessem a ser instaladas as suas margens o que se entende pelas chácaras e condomínios de lazer, dando origem a modalidade que iria substituir a usina de cana-de-açúcar enquanto principal geradora agente econômico de

Porecatu, o turismo. Turismo, que de acordo com Rodrigues (2019) possui relevância pela análise dos circuitos da economia urbana. Segundo o autor,

O turismo, ao se interpor analiticamente entre os dois circuitos econômicos, aparece inserido na divisão da produção de bens materiais, que podem ser encontrados no circuito inferior e por meio da circulação de bens imateriais, como o patrimônio cultural (culinária, arte, festas, a história) e as diversas formas de uso da natureza (apoderamento de conhecimentos, inovações e práticas detidas pelas comunidades tradicionais, que vão desde as formas de cultivo e extração, até o controle biológico) visualizados no circuito superior. (RODRIGUES, 2019, p. 136)

A alteração da paisagem causada pela construção da barragem possibilitou o surgimento de investimentos turísticos advindos da ideia associada à casa secundária, que está ligada à camada burguesa da sociedade, às chácaras de lazer, às pousadas e as associações e sindicatos de trabalhadores. Portanto, parte do capital responsável pela construção de casas nos condomínios e chácaras de lazer advém de agentes com papéis importantes no circuito superior, mas, também se instalaram ao longo das margens da represa, pescadores que encontraram na (re)transformação das áreas agricultáveis em uma área alagada, outra maneira de desenvolver suas atividades que foram transformadas devido a inserção de novas espécies de peixes. (ARRUDA, 2013)

Assim, nota-se que as instalações às margens da represa não se restringem somente às construções de alto padrão, contudo, são aquelas que provocam maior impacto econômico, geração de fluxos de pessoas e prestação de serviços. Seus frequentadores variam, do qual Arruda destaca:

Alguns residem em outros Estados, vindo apenas algumas vezes por ano para suas chácaras. Suas atividades também são diferenciadas: comerciantes e empresários de diversos ramos, como pneus, restaurantes, loja de tecidos; empresários do ramo de transporte, construção civil, imobiliário, indústria de equipamentos médicos; profissionais liberais, médicos, advogados contadores; professores; funcionários públicos; militares; operários especializados; prestadores de serviços como encanadores, mestre de obras, eletricitas e aposentados. (ARRUDA, 2013, p. 309)

Figura 12 – Imagem interna do Condomínio Forte Real, Porecatu-PR



Fonte: o autor, 2019.

O empreendimento referido na figura 12 está localizado nos limites da área urbana de Porecatu, é o condomínio Forte Real, o qual é voltado para as pessoas mais abastadas da sociedade, devido ao elevado valor dos terrenos e os itens de infraestrutura que estão dispostos no complexo, como a presença de um heliponto. A apelação da utilização temática do condomínio cria impacto na paisagem fazendo com que se torne objeto de desejo, passando a ser considerada mercadoria, alvo de especulação e atrelada ao mercado financeiro.

O surgimento da era da ecologia e/ou da ecologização da sociedade, as transformações na estrutura socioagrária, a desumanização do campo, a constituição de uma sociedade urbanizada com tempos sociais da modernidade, seriam os outros vetores associados que, em nossa hipótese, teriam criado as condições necessárias para a febre das chácaras.

Centenário do Sul possui uma dinâmica econômica muito semelhante a que Roma (2016) compreende pelas cidades locais híbridas, em virtude da ausência de requisitos mínimos para que se caracterize o circuito superior em suas relações econômicas. Portanto, quase todas as atividades presentes na cidade se enquadram no circuito inferior da economia. Contudo, observam-se com atenção, as duas fábricas de costura que estão dispostas ao longo da mancha urbana. O setor das indústrias de confecções é um dos maiores contribuintes para a geração de empregos.

As fábricas de costura possuem características únicas a respeito da sua ligação entre os circuitos da economia. Assim, a indústria de confecção estaria dentro desses dois circuitos espaciais urbanos da economia, cuja estruturação se configura por uma fragmentação da produção em centenas de galpões produtivos e, havendo a concentração do gerenciamento nas sedes administrativas das firmas.

Outra característica que insere as fábricas de costura no circuito inferior da economia diz respeito a quantidade de trabalhadores empregados no processo produtivo e a não necessidade de alta qualificação para realização do trabalho. Na mesma lógica que diz respeito ao trabalho os autores Santos, Silva e Bezerra (2020) indica os aspectos dos quais a indústria dos confeccionados apresenta a descentralização da sua produção que culmina na diminuição das despesas produtivas, principal argumento para o tipo de articulação apresentado.

Característica associada a descentralização são as flexibilizações do mercado de trabalho e a intensa terceirização promovem danos ao trabalhador deste setor e acarreta em dificuldades de controle destes serviços que tem sua descentralização intensificada. Essa flexibilização do mercado de trabalho é parte do projeto neoliberal para diminuição do desemprego, contudo, tal medida apresenta como desfecho a elevação do trabalho informal. Este que se mostra enquanto parte importante da caracterização do circuito inferior.

Na indústria de confecções que a maior parte produtiva se dê significativamente no circuito inferior, algumas etapas do processo produtivo se desenvolvem no circuito superior, sobretudo as que dizem respeito à circulação da mercadoria em redes varejistas. (BARROS, 2021, p. 2)

Em conformidade com Medeiros (2014), associa-se então a expansão do circuito inferior, marcado pelas atividades “tradicionais” e que são compostas por: oficinas mecânicas, costureiras, sapateiros, lanchonetes, chaveiros, cabeleireiros, mercadinhos, bares, etc. Ou seja, grande parte do que compõe as cidades pequenas estão associados a este circuito.

No entanto, se existe o circuito superior há também a necessidade de haver um circuito inferior, representado pela pequena produção ou comércio de pequeno porte, ausência de grandes estoques de mercadorias, busca pelo lucro diário e a sobrevivência. (SANTOS, SILVA e BEZERRA, 2020, p. 101)

O circuito inferior se manifesta em maior número no meio urbano, porém, ainda que em menor número de área ocupada nas cidades, o circuito superior ainda se faz mais volumoso no que diz respeito a quantidade de pessoas empregadas e impacto inter-regional. A maior capilaridade do circuito inferior se relaciona a

pequena atividade, que é parte da população pobre. como decorrência disso, estando a margem do capital não “regular”, serão gerados os pequenos bicos, que produz em função da comercialização por cada peça vendida e tem nela a sua principal fonte de renda. (SANTOS, SILVA e BEZERRA, 2020)

Parte da produção das fábricas de costura manifestam uma nova fase da descentralização, que com a flexibilização das leis trabalhistas, foi possível que os trabalhadores não precisassem estar nos galpões e fábricas para prestar serviços ao setor, participando somente de uma pequena parte do processo produtivo. Afastando cada vez mais o trabalhador do produto final e atribuindo mais uma etapa ao que se compreende ao circuito inferior da economia urbana, com o aumento da informalidade.

O setor informal da economia é composto, dentre outros elementos, por comerciantes, e é impulsionado pela desigualdade socioeconômica presente nas economias urbanas, logo, a ciência geográfica, de acordo com Roma (2016) “passa a analisar as cidades através de dois subsistemas da economia urbana: o circuito superior ou “moderno” e o circuito inferior ou marginal.” (SANTOS, 1979)

O circuito superior seria o resultado direto da modernização capitalista, sendo ele responsável pelo gerenciamento de capital, financiamento, articulações com governos e instituições financeiras; lucro por montante de mercadorias vendidas, entre outras características do circuito. (SANTOS, SILVA e BEZERRA, 2021, p. 2)

Apesar de suas especificidades, as cidades analisadas são possuidoras de grandes semelhanças em seus aspectos econômicos, o principal deles é a capilaridade do sistema bancário presente em sua área. O que nem sempre teve a mesma configuração. Com o avanço do meio técnico científico e, principalmente, informacional proporcionaram condições para que o acesso a crédito bancário fosse desburocratizado, dessa forma, podendo atingir os agentes vinculados ao circuito inferior, em que Silveira (2009) explica:

O crédito bancário institucional foi historicamente burocrático, deixando extensas porções do mercado de agiotas, isto é, a um crédito pessoal não-institucional, caro, fácil e direto. Os agentes do circuito inferior, que precisavam de liquidez, tornavam-se uma clientela cativa dependente, e o agiota era um traço de união na economia urbana. As instituições financeiras bancárias e não-bancárias passam a cumprir esse papel. Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, requisitos exigidos são mínimos. Todavia o custo desse crédito é extremamente alto, com as taxas de juros que oscilam entre 5% e 13% ao mês. (SILVEIRA, 2009, p. 69)

Uma das características das cidades pequenas é sua relação de interdependência com as atividades do campo, esse traço condicionou um terreno fértil para o desenvolvimento das cooperativas de crédito rural, que nessas cidades passou a operar enquanto sistema bancário tradicional, reflexo do processo de modernização do circuito superior das cidades pequenas.

O surgimento dos bancos de aplicativo também pode ser considerados um tentáculo do circuito superior que passou a alcançar cada vez mais os agentes do circuito superior devido à sua facilidade de acesso e a não necessidade de endereços físicos para operar. Além de sua ocupação no espaço urbano, que não passa a ser necessária para seu funcionamento ou utilização de seus serviços. Porém, é realidade para muitas cidades locais a ausência de agências em sua área urbana, tornando-as dependentes das maiores localidades em seu entorno para solucionar problemas de ordem bancária. Em que, nesse sentido, destacam-se as casas lotéricas e pequenos comerciantes que estabelecem vínculos com agências bancárias e passam a se tornar correspondentes, o que tem se tornado mais comum nas cidades locais. Quando os correspondentes e lotéricas não resolvem as demandas da população, a alternativa é recorrer a outra cidade, fato que pode ser observado com as cidades analisadas, principalmente Jaguapitã. Até o ano de 2020, os correios prestavam serviços de ordem bancária ao Banco do Brasil, o que facilitava o acesso da população de várias cidades locais devido a capilaridade das agências dos correios em todas as cidades do país.

Durante os anos de pandemia, o governo federal ofereceu o auxílio emergencial, que consiste em um benefício que garantiria renda mínima as pessoas que estavam desempregadas em virtude da necessidade que forçou comércios a ficarem de portas fechadas. Parte do processo para receber o auxílio era feito remotamente via aplicativo, contudo, muitas pessoas enfrentaram entraves com os meios digitais e a saída era a ida até alguma agência da Caixa. Com isso, se criava um problema para os moradores de cidades locais, que tiveram que recorrer a cidades vizinhas, uma vez que a Caixa não possui uma capilaridade tão grande quanto os Correios, por exemplo. Assim, cidades pequenas como Jaguapitã, Porecatu e Centenário do Sul, observaram um aumento na quantidade de pessoas que buscavam os serviços bancários ofertados em virtude da presença da Caixa Econômica Federal em seus territórios.

A presença do setor bancário é parte do processo de modernização do circuito superior observado nas cidades pequenas. Essa nova característica surge em meio a novas formas de se pensar o mercado financeiro e a maior facilidade de acessos a serviços bancários do qual a população dispõe atualmente. Dando destaque para as cooperativas de crédito.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



A partir dos dados apresentados e das análises realizadas na presente pesquisa, alguns pontos relevantes foram notados, como: a pertinência da aplicabilidade da teoria dos dois circuitos da economia urbana na compreensão da dinâmica das cidades pequenas; as singularidades apresentadas pelas cidades pequenas estudadas, sobretudo do ponto de vista econômico, o que promoveu importantes transformações no espaço geográfico.

Um dos pontos essenciais ressaltados pelos pesquisadores da teoria dos dois circuitos compreende a necessidade da existência do circuito superior e inferior para a possível aplicação da teoria sobre as relações econômicas das cidades, essa tarefa se torna ainda mais complexa ao nos voltarmos para as cidades pequenas. Contudo, foi observado que a realidade das cidades pequenas pode ser analisada por meio da teoria dos circuitos com as devidas proporções cabidas a estas, como por exemplo, as características apresentadas pela indústria do setor avícola de Jaguapitã, que impactam na realidade local da cidade, mas, principalmente, irradiam sua influência por meio do desenvolvimento econômico. Isso está relacionado à maneira de se analisar metodologicamente as cidades pequenas, que têm de levar em consideração as relações regionais das quais a cidade está envolvida. Assim, devido as relações regionais estabelecidas pelo circuito superior presentes em Jaguapitã, são irradiadas para outras cidades, gerando negócios relacionados ao circuito inferior da economia.

As cidades pequenas são entendidas pelo senso comum como unidades espaciais homogêneas, com pouca variação em suas realidades. Entretanto, o que ficou evidente a partir dos casos analisados foi que as cidades pequenas possuem como principal característica a singularidade das atividades econômicas desenvolvidas em seus territórios. Uma das formas dessa singularidade diz respeito à especialização produtiva, como notado em Jaguapitã, com duas grandes empresas do setor avícola. No caso de Porecatu, em um determinado momento, a usina de cana de açúcar chegou a exercer influência regional. Contudo, com o decaimento do setor, e a presença do circuito superior da economia urbana em seu território que já serviu enquanto motor para a geração de empregos e movimentação da economia já não possui a mesma intensidade que no século passado, por exemplo. Assim é visto que a maneira com que os circuitos agem nas

idades pequenas intensifica ainda mais a ideia conceitual sobre o tema que compete a ação dos circuitos nas cidades pequenas.

Cada uma das cidades analisadas demonstrou suas particularidades nas análises. Jaguapitã, em virtude do setor avícola passa a ser polo de empregos regional e referência econômica. Centenário do Sul tem suas relações econômicas dependentes do circuito inferior da economia. E Porecatu consiste em uma cidade que já possuiu atividades relacionadas ao circuito superior, na qual se davam através da UCP, que foi desativada e posteriormente as atividades do circuito superior da cidade não tiveram representantes, se limitando ao avanço econômico por parte do turismo.

Por conseguinte, nota-se a dependência da economia das atividades das cidades pequenas ligadas a agropecuária, como é visto no setor sucroenergético e avícola. O que evidencia a característica das cidades pequenas que suas atividades rurais e urbanas não podem ser observadas de maneira separada, manifestando maior interligação entre estes do que quando observado em cidades maiores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. S. A Colonização do Território Paranaense e o Dinamismo Dos Municípios da Frente Norte. **GEOMAE**, Campo Mourão, PR v.7, n.1 p. 9-20. 2016.
- ALMEIDA, G. H. J. **Protocolo de eletronarcose em frangos de corte para o mercado Halal**. Dissertação (Mestrado em Zootecnia). Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de pós-graduação em Zootecnia, Dourados-MS. 2020.
- ANDRADE, E. T.; CARVALHO, S. R. G.; SOUZA, L. F. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. **ENGEVISTA**, v. 11, n. 2. p. 127-136, dezembro 2009.
- ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique** Brasil, 2008. Disponível em:<<http://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.
- ARRUDA, G. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR. **Antíteses**, vol. 6, núm. 12, jun./dec. 2013.
- BARBOSA, G. G. **Juventude Camponesa E Sua Permanência No Acampamento Herdeiros Da Luta De Porecatu**. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira Através dos seus Pensadores) Universidade Federal do Paraná. Porecatu, 2019.
- BARROS, G. A. B. Os dois circuitos da economia urbana no arranjo produtivo de confecções em Nova Friburgo-RJ. **Espaço e Economia**. nº. 22, 2021.
- BELL, D.; JAYNE, M. Small cities? Towards a research agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, 33: 683-699. 2009.
- BORSOI, I. C. F.; RODRIGUES, L. C.; AQUINO, C. A. B. **Os sentidos do trabalho: a experiência de trabalhadoras de facções de costura da indústria de confecções no Ceará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará.
- BRANDÃO, A. F. **Porecatu: luta pela terra e o papel da memória histórica na construção da identidade**. Monografia (especialização em educação do campo e realidades brasileiras e seus pensadores). Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, 2019.
- BRANDT, C. T. **A Criação de municípios após a Constituição de 1988**: o impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional de 1996. Brasília a. 47, n. 187, jul./set. 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2019.

BRASIL, Lei nº 1.881 de 27 de agosto de 1981. Altera A Lei 5.172, De 25 De Outubro De 1966, Cria A Reserva Do Fundo De Participação Dos Municípios - FPM e dá Outras Providências. (Código Tributário Nacional). Brasília-DF. 1981.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, n. 70, 2009, p. 7-32.

CARDOSO, M. W. R.; SANTOS, C. R. Aplicabilidade da Teoria dos Dois Circuitos Da Economia Urbana na Feira-Livre de Cruz Das Almas-BA. **Textura**, Cruz das Almas-BA, v. 5, n. 9, p. 33-41, jan./jun., 2012.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**. Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. jun., 1999.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, 2011.

CLAVAL, P. **La Logique des Villes**. Paris, Litec, 1981.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. **En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DESMERAI, R. Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne. In **Cahiers de Géographie du Québec**, Quebec, v. 28, n. 75, p. 355-364. 1984.

DIEZ, J. I.; URTIZBEREA, N. Redes institucionales y desarrollo económico en ciudades pequeñas: el caso de la localidad de Pigüé (Argentina). **EURE (Santiago)**, vol.41, no.123, Santiago, 2015.

EDUARDO, M. F. O Processo de Modernização da Agricultura no Norte do Paraná: contradições na relação cidade-campo no contexto do programa “Vilas Rurais”. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**, 2012, Uberlândia. Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia, 2012.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENDLICH, A. M. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais. **Revista Huellas**, v. 15, p. 149-165, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 507p. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

FAJARDO, S. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. **Guairacá**. Guarapuava-Pr. nº 22, p. 95-117. 2006.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, v. 8, p. 13-31, 2018.

FRESCA, T. M. **Transformações da rede urbana do Norte do Paraná**: estudo comparativo entre Cornélio Procopio, Jacarezinho e Cianorte. 2001.

\_\_\_\_\_. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75 a 81, jan. 2011.

FRESCA, T. M; VEIGA, L. A. Pequenas Cidades e Especializações Funcionais: O Caso de Santa Fé-PR. **Soc.&Nat.**, Uberlândia, ano 23, n. 3, 387-396, 2011.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (RN). Programa De Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005.

GRUPO ATALLA. **Usina de Açúcar do Paraná**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ucpporecatu/photos/a.1479784215662818/1479784312329475> Acesso em: 5 jul. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. 31. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 1991**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas - DPE Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. **Estimativas da População Residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019**. Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades 2018**: nota metodológica: volume especial / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. 2020.

IZEPÃO, R. L.; GARDENAL, L. A. S. Café, Capital Cafeeiro E Industrialização No Paraná. **A Economia em Revista - AERE**, v. 23, n. 2, p. 69-89, 13 jun. 2016.

KONZEN, O. G.; ZAPPAROLI, I. D. Estrutura Agrária e Capitalização da Agricultura No Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 28 (4): 155-173. Out./dez. 1990.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

LERRER, D.; FORIGO, A. A. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 483-508, out. 2019.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Tese do curso de pós-graduação em sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

MATOS, J. O. **Os sentidos do trabalho**: a experiência de trabalhadoras em facções de costura da indústria de confecções do Ceará. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2009.

MEDEIROS, T. B. **O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana: um estudo a partir da praia de Ponta Negra - Natal/RN**. 2014. 199f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2006. (Dissertação Mestrado em Geografia Humana). 2006.

MOREIRA JR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: A construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.

\_\_\_\_\_. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. Tese (doutorado) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, SP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pensar e Ser em Geografia**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, v. 1. 198p. 2007.

MORGAN, R. F. et al. Small cities face greater impact from automation. **Journal of The Royal Society Interface**. v. 15. 2018.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v.10, n.1, p. 89-118, jan./jul. 2001.

MUNIZ, A. M. V.; QUEIROZ, E. A. N.; SOUSA, B. S.; SILVA, J. B. Relações entre o circuito superior e inferior no comercio confeccionista em Fortaleza-CE. **Revista de Geografia** (Recife) v. 39, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, E. L. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina – PR**. Universidade de São Paulo, São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2009. (Tese Doutorado em Geografia Humana). 2009.

OLIVEIRA, N. M; CRESTANI, L. A.; STRASSBURG, U. Ocupação Territorial e as Transformações Econômicas no norte do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas Em Revista**, v. 16, p. 131-150, 2016.

PACZYK, R. Setor sucroalcooleiro paranaense: do Proálcool ao biodiesel. **Vitrine da conjuntura**, Curitiba, v.2, n.6, agosto 2009.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, Hucitec, 1981.

RODRIGUES, A. F. A. C. Os circuitos da economia urbana na perspectiva do turismo em Belém, Pará. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 12, n. 1, p. 130-151, janeiro-abril de 2019.

ROMA, C. M. Circuito Inferior da Economia Urbana e Cidades Locais-Híbridas. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 23 – 36, abr./jun., 2016.

ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. **Geografia em Questão**, v. 13, n. 03, p. 179-201, 2020.

SANTANA, T. H. A.; SILVA, M. O. M.; OLIVEIRA, E. O. Cidades de pequeno porte: uma aproximação conceitual e comparativa da região metropolitana de Londrina/PR a partir das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). v. 12 n. especial Sinapeq (2021): **Revista GEOMAE** - v.12, n. especial Sinapeq, 2021

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Hucitec, São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. HUCITEC, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. C.; SILVA, J. B.; BEZERRA, E. S. S. Globalização e circuito espacial urbano da costura: a indústria de confecção em Fortaleza-CE. **GeoUECE** (online), v. 09, n. 16, p. 97-109, 2020.

SANTOS, M. C.; SILVA, J. B.; SILVA, E. S. Entre o vestir e o proteger: os circuitos da economia urbana na indústria de confecção em tempos de pandemia de Covid-19, em Fortaleza-CE. **Espaço e Economia**, v. 21, p. 01-15, 2021.

SILVA, J. C. **Terra Roxa de Sangue a guerra de Porecatu**. Londrina: Eduel, 2ª ed revisada, 2013 (livro digital).

SILVA, P. F. J. **O papel das pequenas cidades na rede urbana e as relações entre o urbano e o rural**: o caso de Flora Rica – SP. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNESP DE OURINHOS, 2, 2006. Ourinhos. Anais eletrônicos do evento. Ourinhos: UNESP, 2006. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.ourinhos.unesp.br/semana>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, P. F. J.; SPOSITO, E. S. **Discussão geográfica sobre cidades pequenas**. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009

SILVA, R. C. C.; TOLEDO, M. Panorama Recente dos Estudos Sobre Cidades Pequenas Na Geografia brasileira. **Geomae**, Campo Mourão, v. 12, número especial Sinapeq, p. 385-400, 2021.

SILVEIRA, M. L. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos Del Cendes**, año 21, n. 57, tercera época, sep./dic. 2004.

\_\_\_\_\_. **Crises e paradoxos da cidade contemporânea**: os dois circuitos da economia urbana. X Simpurb, Florianópolis. 2007.

\_\_\_\_\_. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n. 55, jan/abr. 2009.

SILVEIRA, T. V. **O papel das cidades pequenas na rede urbana**: um estudo acerca do desenvolvimento da microrregião de Viçosa-MG Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo. Universidade Federal de Viçosa, 2014. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6308/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em dezembro de 2021.

SOUZA, M. A. **A territorialização do agronegócio canavieiro no Norte do Paraná**: estudo de caso. 2008. 120p. Monografia (Graduação em Geografia) Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina. Londrina (PR), 2008.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”**: história e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História). UFPR. Curitiba, 1997.



TREMEA, F. T.; SILVA, A. C. O setor avícola no Brasil e sua distribuição regional. **Economia & Região**, Londrina (PR), v.8, n.1, p.183-200, jan./jun. 2020.

VEIGA, L. A. Considerações sobre a gênese, a expansão e a organização do trabalho nas fábricas de mesas para bilhar na pequena cidade de Jaguapitã-PR. **Revista de Geografia**, v. 29, p. 132-146, 2012.

VIEIRA, F. A. C; ROEDEL, H. **Rompendo o monopólio da mídia: o MST e a construção de uma mídia alternativa**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Vol. XXX, p. 1-13, 2010.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

XAVIER, M.; CASTILLO, R. A Reprodução do atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos da economia urbana no Brasil. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 3 - 17, 2011.